Concessionária Linha Universidade S.A.

Contexto Operacional: A Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Uni"; "Companhia" Concessionária" ou "Linha 6"), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurida de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo-SP e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6-Laranja na cidade de São Paulo-SP. O contrato de concessão prevê a PPP – Parceria Público Privada com o cidade de são Paulo, e o projeto de concessão preve a PPP — Parceria Publico Privada com o estado de São Paulo, e o projeto de concessão tem o prazo inicial de vinte e quatro anos (24), divididos entre a fase de construção prevista para cinco anos (5) e a fase operação de mais dezenove anos (19). O edital de concessão divide o projeto três fases distintas: Fase I — Execução da infraestrutura, comprendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação da LINHA 6; Fase II — Poparção dos confesos públicos de trapporta da pascagarios da LINHA 6. Fase II — Poparção dos confesos públicos de trapporta da pascagarios da LINHA 6. Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da LINHA 6, com todas as suas Uperação dos serviços publicos de transporte de passageiros da LINFIA 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilándia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda. Fase III – Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasilândia – Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho podendo incluir obras civis instalação e formecimento de todos os sistemas e material compreendido entre Brasilandia – Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. O projeto encontra-se na Fase I – Execução de infraestrutura. Em decorrência dos desafios encontrados durante a escavação dos tuneis e as falhas de geologia, a construtora buscou soluções de engenharia para seguir os processos e foram reconhecidos os desafios encontrados. Durante o exercício de 2024, o PC – Poder Concedente reconheceu um ajuste de 3 anos (até 6 de Outubro de 2028) no calendário de obras, e consequentemente a Concessionária solicitou ao Estado de São Paulo o reequilibrio econômico financeiro do Contrato de Concessionária solicitou ao Estado de São Paulo o reequilibrio econômico processor por consequência desse atrason area mitigar por consequência desse atrason area mitigar por consequência desse atrason. trabalho acelerado reduzindo o prazo concedido de 3 anos a somente 2 anos, antecipando uma abertura parcial de oito estações a outubro de 2026 e em um ano a inauguração já definitiva de toda a linha objecões ao cronograma apersentado, que foi previamente ratificado pela Certificadora contratada para este firm que é representada pela empresa Concremat e Setec.

Além disso, em dezembro de 2024, a Certificadora manifestou o seu acordo parcial com os valores reclamados no reequilibrio econômico-financeiro. A Companhia de acordo com os requisitos da normativa de contabilidade, atualizou o cronograma de construção, bem como cobranação de dualidade, ao incentivo à inovação, de promover de volve des polar e defence o formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, de promover de setimulo à equidade de gênero e formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, de promover a correcta de promover a deprovada de social positivo e transformar a vida das pessoas que habitam as comunidades localizadas no entorno da futura Linha 6. O programa busca gerar oportunidades por meio des cursos de formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, de promova de promova de promova de promova de promovar a destinulo à equidade de gênero e formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, de promovar a obravação de cursos de formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, desprava de promovar a transformar a vida das pessoas que habitam as comunidades por meio des cursos de formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, destinulo à equidade de gênero e formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, destinulo à equidade de gênero e formação voltados a educação de qualidade, ao incentivo à inovação, destinulo à equidade de gênero e formação voltados a educação de cursos de formação voltados a educação de cursos de formação voltados a educação de cursos de formação voltados a educação de qualidade de Compan para mitigar os impactos incorridos e os que possam vir a incorrer por consequência desse atraso.

concessão, a companhia prevê o recebimento de aportes de recursos do Poder Concedente referente aos avanços das obras e recebeu aportes de recursos em 2024 que totalizaram R\$ 2 bilhões de reais. O projeto tem acumulados desde 2020 até 2024 valores recebidos que totalizam R\$ 4,4 bilhões de reais. A Companhia obteve financiamento de longo prazo provenientes de 3 fontes de crédito. 1. Emissão de debentures de financiamento ponte de capital no valor total de R\$ 950 milhões reais. Foram emitidas em 2021, com pagamentos parcelas de juros anuais e previsão quitação em outubro 2025. 2. Empréstimo do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento previsad quiação em outubro 2025. 2. Empresamo do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento. Econômico e Social, no valor total de RS 6,9 bilhões de reais, disponíveis para uso na obra conforme a necessidade de fluxo de caixa. Esse empréstimo está dividido em quatro sub-créditos de tipo A; B: C; D; e possuem prazo de carência como início de pagamentos até marco 2026 e pagamentos serão em 199 parcelas com vencimentos mensais até setembro 2042. Os de sem-bolsos de recursos do BNDES em 2024 totalizam o valor de RS 720 milhões de reais. Acumulados bolsos de recursos do BINDES em 2024 totalizam o valor de R\$ /20 milhoes de reais. Acumulados as liberações de recursos provenientes desse empréstimo até o mês de dezembro de 2024 totalizam R\$ 5,0 bilhões de reais. 3. Emissão de debentures de infraestrutura, no valor de R\$ 500 milhões, disponível para todos os investimentos do projeto. A emissão, em outubro de 2023 possui um prazo de carência com o início de pagamentos de serviço da divida até março 2026 e pagamento será em 28 parcelas com vencimentos semestrais até setembro 2039. A Companhia aumentou o capital social, subscrevendo novas classes de ações, e o capital subscrito foi elevado para o valor de R\$ 3 bilhões divididos entre as classes de ações, e o capital subscritos vide (Nota 15). Durante o ano de 2024 os sócios integralizaram parcelas de capital no valor total de (Nota 15). Durante o ano de 2024 os sócios integralizaram parcelas de capital no valor total de R\$ 362,6 milhões de reais, com as integralizações somadas o capital aportado já totaliza o valor acumulado de R\$ 1,3 bilhões de reais. O poder concedente sinalizou positivamente dando auto-rização para que a Concessionária inicie o processo de estudos para expansão da Linha 6, Fase III, com 6 novas estações. A equipe da companhia está analisando os impactos, de forma ampla e abrangente para o levantamento dos custos adicionais, viabilidade e o planejamento dos pleitos de possível reequilibrio no contrato atualmente vigente. Sustentabilidade e contratação de pessoal: O programa Estação Sustentar, criado a partir das metas de sustentabilidade associa-das ao financiamento do projeto da Linha 6 junto ao BNDES e os debenturistas de infraestrutura, busca gerar impacto social positivo e transformar a vida das pessoas que habitam as comunida-des loralizadas no entorno da futura. Linha 6. O programa busca gerar oportunidades por mejo

lizantes gratuitos em instituições de ensino reconhecidas para as pessoas que habitam as comunidades no entorno da Linha 6-Laranja de metrô. 3. Inovação: Incentiva o crescimento do ecossistema de startups por meio do Programa de lovação Aberta da Linha Uni (UINO). A promoção do empreendedorismo local tem dois propósitos: a) criação de soluções inovadoras aplicáveis ao próprio projeto; b-) Apoio a iniciativas que contribuam para objetivos ligados à sus tentabilidade local. 4. **Mobilidade Elétrica**: O objetivo é incentivar a descarbonização e promover tentabilidade local. 4. Mobilidade Eletrica: O objetivo e incentivar a descarbolitzação e profinover a prosperidade econômica, geara postos de trabalho por meio da mobilidade urbana com veícu los 100% elétricos, integrando os diversos modais de transporte da cidade de São Paulo. Como um pilar adicional associado à geração de impacto social, o Estação Sustentar também contem pla ações para alinhamento do investimento em ativos (CAPEX) com a Taxonomia Europeia, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Regulamento UE 2020/852. Neste sentido a Con cessionária e a construtora ACCIONA gerenciam as atividades de construção e futura operação de forma a garantir a mitigação de impactos socioambientais e de mudanças climáticas. Para tal de roma a garantir a mitigação de impactos socioaminientais e de mituadiças climaturais. Para tair, a são realizados estudos e ações que permitem a revalorização dos resíduos gerados na obra, redução do consumo de água, gestão de riscos climáticos, socioambientais e hídricos, bem como o desenvolvimento de políticas de diversidade e inclusão. Dessa forma, garantimos que o projeto da Linha 6, além de transformar a mobilidade urbana da cidade de São Paulo, contribui para uma transição rumo a uma economia sustentável e de baixo carbono. Abaixo está um sumário das carboto. metas de sustentabilidade do projeto da Linha 6, e os resultados obtidos em 2024 considerando o período de 2022 a 2025

Resultados obtidos em 2024

| | Taxonomia UE | % CAPEX alinhado a EU Tasocomy Regulation | | | 2024 | 2025 Resultados Atual (ref. Dez/24) > 95% 100% | |
|---|------------------------------|---|--------|--------|---------|--|----------|
| Â | Formação Profissional | Número de horas de treinamento realizadas e certificadas | 55.000 | 85.000 | 110,000 | 120,000 | 135.840h |
| | Empoderamento de Mulheres | % Mulheres trabalhando no projeto da Linha 6- Laranja (Linha Lini e ACCIONA) | 11% | 12% | 14% | 15% | 17,56% |
| | Mobilidade Elétrica | Número de postos de trabalho criados dentro da comunidade local relacionados com iniciativas de mobilidade elétrica | 10 | 30 | @g | 100 | 111 |
| | Inovação | Nº de startups com contratos assinados para realizar projetos pilotos com a Linha Uni | | 6 | 0 | 15 | 12 |

Ativo financeiro

Cenário I Cenário

Cenário II Cenário III

(1.515)

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 | | | | Demonstrações Condensadas de | Resu | Itados – Exe | rcícios fin- | Demonstrações das Mutações do P | atrimônio Líquid | o – Exercício | s findos em 31 de de | ezembro de 2024 e | 2023 (Fm milh. | ares de Reais) |
|--|----------|---------------------|----------------|--|--------------------|----------------|----------------|---|--------------------|-----------------|--|---------------------|-------------------|------------------|
| (Em milhares | | | 0 -0-0 | dos em 31 de dezembro de 2024 | | | | | | Capit | | de Lucros | | ar co do riodio, |
| Ativo | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | Nota 3 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | Capital social | Capital | a Reserva | Reserva | Lucros | |
| Circulante | I TOTAL | 01/12/2021 | 01/12/2020 | Receita liquida | | 4.501.318 | | | subscrito | integraliz | ar <u>Legal</u> | | <u>cumulados</u> | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 328.002 | 63.174 | Custos dos Serviços Prestados | 16 | (2.790.239) | | Em 31 dezembro de 2022 | 1.395.000 | (696.55 | | 207.425 | _ | 916.792 |
| Contas a receber | 8 | 17.682 | _ | Lucro Bruto | | 1.711.079 | 929.974 | Integralização de capital | _ | 304.4 | 70 – | _ | _ | 304.470 |
| Adiantamentos à fornecedores | 9 | 1.664 | 1.918 | Despesas Operacionais | | | | Lucro líquido do exercício | - | | | | 157.603 | 157.603 |
| Impostos a recuperar | 10 | 19.132 | 12.409 | Serviços contratados – Terceiros | 17 | (62.714) | (39.447) | Constituição de Reservas | _ | | | 149.723 | (157.603) | |
| Outros ativos | | 4.711 | 7.854 | Serviços contratados – Partes | | | | Em 31 dezembro de 2023 | 1.395.000 | (392.08 | 0) 18.797 | 357.148 | | 1.378.865 |
| Total do Ativo Circulante | - | 371.191 | 85.355 | Relacionadas | 17 | (17.594) | (20.932) | Subscrição do capital | 1.573.488 | (1.573.48 | | - | _ | |
| Não Circulante | | | | Administrativas, pessoal e tributárias | 17 _ | (30.748) | (26.973) | Integralização de capital | - | 362.6 | 82 – | - | - | 362.682 |
| Adiantamentos à fornecedores | 9 | _ | 1.550 | Total Despesas Operacionais | _ | (111.056) | (87.352) | Lucro líquido do exercício | - | | - 05.007 | 400 226 | 516.142 | 516.142 |
| Deposito em garantia | | 237 | 185 | Lucro Operacional antes do | | | | Constituição de Reservas | 0.000.400 | /1 000 00 | <u>- 25.807</u> | 490.336 | (516.142) | 0.057.000 |
| Ativo Financeiro de concessão | 11 | 9.880.987 | 7.721.259 | Resultado Financeiro | _ | 1.600.023 | 842.620 | Em 31 dezembro de 2024 | 2.968.488 | (1.602.88 | | 847.484 | | 2.257.690 |
| Direito de uso | | 1.070 | 1.562 | Receitas financeiras | 18 | 27.891 | 29.226 | As | notas explicativas | parte integral | nte das demonstraçõe | es financeiras. | | |
| Intangível | | 1.802 | 2.326 | Despesas financeiras | 18 _ | (845.880) | (633.054) | Demonstrações dos Fluxos | do Caiva – Evoro | rícios findos | om 31 da dazambro | do 2024 o 2023 // | m milharac da | Pagic) |
| Imobilizado | _ | 5.798 | 73 | Resultado Financeiro Líquido | _ | (817.989) | (603.828) | Demonstrações dos ridxos | 31/12/2024 | | eili 31 de dezeilibi d | ue 2024 e 2023 (l | 31/12/2024 | |
| Total do Ativo Não Circulante | | 9.889.894 | 7.726.955 | Resultado antes das Provisões | | | | Fluxos de Caixa das Atividades Ope | | 31/12/2023 | Ativo Financeiro de o | | | (2.556.467) |
| Total do Ativo | _ | 10.261.085 | 7.812.310 | Tributárias | = | 782.034 | 238.794 | Lucro líquido do exercício | 516.142 | 157.603 | Aduisição imobilizad | | (2.521.501) | |
| Passivo | Nota 3 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | IRPJ e CSLL diferidos | 12 _ | (265.892) | (81.191) | Ajustes para conciliar o lucro líquio | | 137.003 | Aquisição imobilizad Aquisição de intangí | | (18) | |
| Circulante | | | | Impostos sobre Lucro | _ | (265.892) | (81.191) | ao fluxo de caixa das atividades o | noracionaie: | | Direito de uso | VCI | 348 | |
| Debêntures | 13.2 | 27.514 | 27.457 | Resultado do Exercício | | 516.142 | 157.603 | IRPJ e CSLL diferidos | 265.892 | 81.191 | Caixa líquido aplic | aho nas atividada | | (073) |
| Obrigações Contratuais | 13.3 | 41.952 | 32.585 | As notas explicativas parte integrante | das d | emonstraçõe. | s financeiras. | Despesa de pessoal – Provisão de folh | | 2.009 | investimentos | ado nas atividado. | (2.521.249) | (2 557 479) |
| Fornecedores terceiros | | 19.812 | 8.045 | | | | | Custos emissão debentures | 836 | 2.005 | Fluxos de Caixa da | as Atividades de Fi | | |
| Fornecedores – Partes Relacionadas | | 7.993 | 31.706 | Demonstrações de Resultados / | brang | entes – Exe | rcicios fin- | Custos das provisões de fornecedores | | _ | Captação de financia | | 720.000 | 525.000 |
| Provisões – Partes Relacionadas | 14 | 120.208 | 112.167 | dos em 31 de dezembro de 2024 | | | | Provisões de juros de empréstimos | 845.483 | 632.194 | Custo de desembols | | | 020.000 |
| Outros valores a pagar | _ | 9.218 | 8.379 | l | 3 | 31/12/2024 | | Receita de ativo financeiro | (1.587.495) | (846.526) | BNDES | | (14.198) | (12.156) |
| Total do Passivo Circulante | | 226.697 | 220.339 | Lucro líquido | _ | 516.142 | 157.603 | Depreciação e Amortização | 735 | 328 | Custo das garantias | e captação do | | |
| Não Circulante | | | | Outros resultados abrangentes | _ | | = | ' ' | 41.893 | 26.799 | financiamento do B | | (79.397) | (61.467) |
| Financiamentos | 13.1 | 5.834.123 | 4.562.746 | Total do resultado abrangente do | | | | (Aumento)/redução dos ativos e | | | Juros pagos de debei | | zo (131. 283) | (118.146) |
| Debêntures | 13.2 | 1.434.201 | 1.365.965 | exercício | = | 516.142 | | aumento/(redução) dos passivos | | | Captação de debent | | - | 500.000 |
| Obrigações Contratuais | 13.3 | | 41.361 | As notas explicativas parte integrante | e das d | emonstraçõe: | s financeiras. | Adiantamentos a fornecedores | 1.804 | 1.802 | Custo de captação o | | - | (85.584) |
| IRPJ e CSLL diferidos | 12 | 459.413 | 193.552 | a Fase I do projeto de construção e o | araa da | implantação | aantratau am | Outros ativos | (9.328) | (9.626) | Amortização de valo | | - | (292.282) |
| Outros valores a pagar – Partes | | 40.001 | 40.001 | 2020 à empresa Acciona Construcció | | | | Contas a receber – Clientes | (17.682) | | Juros pagos dos em | | | (19.866) |
| Relacionadas | 14 | 48.321 | 48.321 | realizar as obras civis da linha Laranja | III, que | Se torriou res | sponsaver em | Fornecedores – terceiros | 11.470 | 8.485 | Integralização de ca | | 362.682 | 304.470 |
| Outros valores a pagar – terceiros | - | 640 | 1.161 | Especial de Incentivos para o Des | | | | Obrigações Fiscais e Tributárias | - | 795 | Caixa Líquido Gera | | | |
| Total do Passivo Não Circulante | | 7.776.698 | 6.213.106 | - REIDI. A Companhia obteve junto ao | | | | Fornecedores – partes relacionadas | (23.744) | 40.087 | des de Financiam | | 857.804 | 739.969 |
| Patrimônio Líquido | 1.5 | 1 205 002 | 1.002.920 | res de tributos da Receita Federal do E | s uigau racil o | DEIDI _ Pagim | e liscalizació | Outros Valores a pagar | 317 | 1.168 | Aumento/(Reduçã | | 004.000 | (000 700) |
| Capital social | 15 | 1.365.602 44.604 | 1.002.920 | Incentivos para o Desenvolvimento di | | | | Outros Valores a pagar partes relaciona | das (33.766) | 48.321 | Equivalentes de (| | 264.828 | (386.763) |
| Reserva legal | | 847.484 | 357.148 | jurídicas beneficiárias estão autorizada | | | | Partes relacionadas – provisão | 8.041 | 1 212 016 | Caixa e equivalent | | C2 174 | 440.027 |
| Reserva Lucros Total do Patrimônio Líquido | - | 2.257.690 | 1.378.865 | servicos para a aplicação exclusiva na | | | | Aportes do Poder Concedente Caixa Líquido Gerado Pelas Ativida | 1.949.268 | 1.312.916 | No início do exercíci No fim do exercício | U | 63.174 328.002 | |
| Total do Patrimonio Liquido | - | 10.261.085 | 7.812.310 | | | | | des Operacionais | | 1.430.747 | | ial da aaiya a | 328.002 | 03.174 |
| | = | | | - Programa de Integração Social, e | | | | Fluxos de Caixa das Atividades de | | 1.430.747 | Aumento /(Reduçã equivalentes de d | | 264.828 | (386.763) |
| As notas explicativas parte integran | te das d | lemonstraçõe: | s tınanceiras. | Financiamento da Seguridade Social, | | | | Fluxos de Caixa das Advidades de | | ativac parto in | tegrante das demons | | | (300.703) |
| | | | | das Cidados nº 504/2014 a da Ata | | | | | ns Hulas explic | auvas parte III | tegrante das demons | u açues. | | |

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

 Contexto operacional – A Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Uni"; "Companhia"; "Concessionária" ou "Linha 6"), nos termos do Estatuto Social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo-SP e tem como objeto social exclusivo prestar pe via olimpia, sad Paulo-SF e terri como opico social excusivo presso-servicos públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6-Laranja na cidade de São Paulo-SP. **Projeto** de implantação prevê terminais, extensão e integração das esta-pões: Foi mantido o projeto de implantação das estacoes Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 - Laranja de metro de São Paulo, que sa integração es istema metro foreviêm de aceido metro. São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário dá região metro-politana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilándia, Maristela, Itaberaha, João Paulo I, Freguesia do O, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de O, Santa Marina, Agua Branca, SESC Pompeia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Faap/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis-Saracura, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande. a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros. A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja do metrô de São Paulo e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos patra a fase da construciá a poparação prevendo inicialmento 5 anos para e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo inicialmente 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema. O prazo total da concessão, incluindo o prazo decorrido antes da cessão do contrato à Linha Uni é de 28 anos, 6 meses e 22 dias. A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação/extrato de aditamento assinado em 6 de julho de 2020 e publicado no diário oficial em 08 de julho de 2020, a partir do qual dá-se inicio a contagem do prazo previsto para inicio e término do contrato para o ano de 2044. O projeto encontra-se na Fase le execução de infraestrutura, comprependendo as obras civis instalação de via permagnete e sistemas compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de inalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação. O poder concedente sinalizou positivamente dando autorização para que a Concessionária inicie o processo de estudos para expansão da Linha 6, Fase III, com 6 novas estações. A equipe da Companhia está de fuente para que a concessionada de companhia está de companhia es analisando os impactos, de forma ampla e abrangente para o levantamento dos custos adicionais, viabilidade e o planejamento dos pleitos de possível quilíbrio no contrato atualmente vigente. O projeto encontra-se na Ease Execução de infraestrutura. Em decorrência dos desafios encontrados Execução de filir aestrutura. Em decorrencia dos desantos encontrados furante a escavação dos tuneis e as falhas de geologia, a construtora produções de engenharia para seguir os processos e foram reco-plecidos os desafios encontrados. Durante o exercício de 2024, o PC – oder Concedente reconheceu um ajuste de 3 anos (até 6 de Outubro de 2028) no calendário de obras, e consequentemente a Concessionária solicitou ao Estado de São Paulo o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão para mitigar os impactos incorridos e os que possam vir a incorrer por consequência desse atraso. Neste pedido, foi possam vir a incorrer por consequencia desse atraso. Neste pedido, ion solicitado ao Poder Concedente a prorrogação do prazo, do programa de trabalho acelerado reduzindo o prazo concedido de 3 anos a somente 2 anos, antecipando uma abertura parcial de oito estações a outubro de 2026 e em um ano a inauguração já definitiva de toda a linha (outubro de 2027). Nesse sentido, o Poder Concedente indicou, em 18 de julho de 2024, uso a solicitado por consequence acestado que foi por concedente indicou, em 18 de julho de 2024, uso a solicitado por concedente indicou, em foi por concedente indicou en foi por concedente indicou, em foi por concedente indicou en foi por concedente indicou e 2024, que não tinha objeções ao cronograma apresentado, que foi previamente ratificado pela Certificadora contratada para este fim que é enresentada pela empresa Concremat e Setec. Além disso, em dezembro de 2024, a Certificadora manifestou o seu acordo parcial com os valores reclamados no reequilibrio econômico-financeiro. A Companhia de acordo com os requisitos da normativa de contabilidade, atualizou o cronograma de construção, bem como cobrancas e pagamentos estimados relacionados construção, bem como cobranças e pagamentos estimados relacionados construçãos. dos ao contrato de Concessão como um todo, reconhecendo um impacto no ativo financeiro de concessão por esse motivo. Contrato de constru-

ção tipo EPC de implantação das Estações: A concessionária visando

| aos em 31 de dezembro de 2024 | + e 20 | 23 (Em miinai | 'es de Reals) | |
|--|---------|----------------------|------------------|--|
| | Nota | | 31/12/2023 | |
| Receita liquida | 16 | 4.501.318 | 3.248.242 | |
| Custos dos Serviços Prestados | 16 | (2.790.239) | | Em 31 dezembro de 2022 |
| Lucro Bruto | | 1.711.079 | 929.974 | Integralização de capital |
| Despesas Operacionais | | | | Lucro líquido do exercício |
| Serviços contratados – Terceiros | 17 | (62.714) | (39.447) | Constituição de Reservas |
| Serviços contratados – Partes | | | | Em 31 dezembro de 2023 |
| Relacionadas | 17 | (17.594) | (20.932) | Subscrição do capital |
| Administrativas, pessoal e tributárias | 17 | (30.748) | (26.973) | Integralização de capital |
| Total Despesas Operacionais | | (111.056) | (87.352) | Lucro líquido do exercício |
| Lucro Operacional antes do | | | | Constituição de Reservas |
| Resultado Financeiro | | 1.600.023 | 842.620 | Em 31 dezembro de 2024 |
| Receitas financeiras | 18 | 27.891 | 29.226 | |
| Despesas financeiras | 18 | (845.880) | (633.054) | Demonstrações dos |
| Resultado Financeiro Líquido | | (817.989) | (603.828) | Demonstrações dos |
| Resultado antes das Provisões | | | | l <u></u> |
| Tributárias | | 782.034 | 238.794 | Fluxos de Caixa das Ativida |
| IRPJ e CSLL diferidos | 12 | (265.892) | (81.191) | Lucro líquido do exercício |
| Impostos sobre Lucro | | (265.892) | (81.191) | Ajustes para conciliar o luc ao fluxo de caixa das ativ |
| Resultado do Exercício | | 516.142 | 157.603 | IRPJ e CSLL diferidos |
| As notas explicativas parte integrant | e das o | demonstraçõe | s financeiras. | Despesa de pessoal – Provisã |
| Demonstrações de Resultados / | hran | ontes - Fve | rcícios fin- | Custos emissão debentures |
| dos em 31 de dezembro de 2024 | | | | Custos das provisões de forne |
| | | | 31/12/2023 | Provisões de juros de emprés |
| Lucro líquido | | 516.142 | 157.603 | Receita de ativo financeiro |
| Outros resultados abrangentes | | 310.142 | 137.003 | Depreciação e Amortização |
| Total do resultado abrangente do | | | | |
| exercício | ' | 516.142 | 157.603 | (Aumento)/redução dos ati |
| | | | | aumento/(redução) dos p |
| As notas explicativas parte integrant | uas (| iemonstraçõe | s illialicelras. | Adiantamentos a fornecedores |
| a Fase I do projeto de construção e o | bras d | e implantação | contratou em | Outros ativos Contas a receber – Clientes |
| 2020 à empresa Acciona Construccion | | | | Fornecedores – terceiros |
| realizar as obras civis da linha Laranja | | | | Obrigações Fiscais e Tributária |
| Fenecial de Incentivos nara o Des | | | | Dougações uscais e tuburait |

pecial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura REIDI. A Companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizado-es de tributos da Recetta Federal do Brasil, o REIDI – Regime Especial de coentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoa urídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de erviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o

efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6 Laranja do Metro de São Paulo, sem a incidência ICMS — Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços, conforme comunicado da Diretoria Executiva da Administração Tributária — DEAT, publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, – processo eletrônico de Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06 de outubro de 2020 por 5 anos. Recentemente o governo estadual através do parágrafo 5º do artigo 160 do Decreto nº 69.274 de 30/12/2024 ampliou o beneficio de isenção até 31 de dezembro de 2026 publicado no Diário Oficial do Estado de 30/12/2024. A Companhia até dezembro de 2024 recebeu valores de aportes de recursos do Poder Concedente referentes aos avanços das obras que acumulados totalizam o valor de RS 4,4 bilhões de reais. Os desembolsos de recursos do BNDES em 2024 totalizam o valor de RS 720 milhões e os valores acumulados das liberações executadas até o mês de efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas milhões e os valores acumulados das liberações executadas até o mês de dezembro de 2024 totalizam RS 5 bilhões de reais. A Companhia recebeu dezembro de ZUZ4 totalizam K 5 bilnoes de reals. A Compannia recebeu integralização de capital social por parte dos sócios durante 2024 no valor de R\$ 362,6 milhões de reais, e as integralizações de investimentos de capital próprio já totalizam R\$ 1,3 bilhões de reais. O capital subscrito atualmente tem o valor de R\$ 3 bilhões divididos entre as classes de ações ordinárias e preferencias, vide (Nota 15). 2. Resumo das principais políticas contábeis e estimativas críticas - As principais políticas e práticas contábeis e estimativas críticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezem-bro de 2024, foram as mesmas adotadas na preparação das demonstra-ções anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. 2.1. Base de preparação e declaração de conformidade: As demonstrações financeiras forám elaboradas é estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho contabilidade – CFC. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações finan ceiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem major nível de julgamento e possuem major complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demons-trações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Diretoria da Companhia autorizou em 21 de fevereiro de 2025 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 2.2. Continuidade operacional: As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe toram preparadas com base na commundade operacional, que pressupue que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A Companhia nesse momento do projeto foca na conclusão da primeira fase – construção e conta como contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais, dos quais administrações faza a quatra a paseguidada e a vagar o dos cona administração faz a gestão conforme a necessidade e avanço dos cro-nogramas de obra. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são me

| | Constituição de Reservas | | | | | | | | |
|-----------------------|--|-------------------|-----------|-----------|--|--|--|--|--|
| П | | 2.968.488 | (1.602.88 | 6) | | | | | |
| 1 | | s explicativas | _ | _ | | | | | |
| | | | , , | | | | | | |
| | Demonstrações dos Fluxos de C | | | em | | | | | |
| 31/12/2024 31/12/2023 | | | | | | | | | |
| | Fluxos de Caixa das Atividades Operac | | 157.000 | Ati | | | | | |
| | Lucro líquido do exercício | 516.142 | 157.603 | Aq | | | | | |
| | Ajustes para conciliar o lucro líquido de ao fluxo de caixa das atividades opera | | | Aq Dir | | | | | |
| | IRPJ e CSLL diferidos | 265.892 | 81.191 | Ca | | | | | |
| | Despesa de pessoal – Provisão de folha | 3.622 | 2.009 | ii | | | | | |
| Η | Custos emissão debentures | 836 | | Fli | | | | | |
| | Custos das provisões de fornecedores | (3.322) | _ | Ca | | | | | |
| . | Provisões de juros de empréstimos | 845.483 | 632.194 | Cu | | | | | |
| 1 | Receita de ativo financeiro | (1.587.495) | (846.526) | B | | | | | |
| 1 | Depreciação e Amortização | 735 | 328 | Cu | | | | | |
| : | // | 41.893 | 26.799 | fi | | | | | |
| ı | (Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos | | | Jui Ca | | | | | |
| 1 | Adiantamentos a fornecedores | 1.804 | 1.802 | Cu | | | | | |
| 4 | Outros ativos | (9.328) | (9.626) | An | | | | | |
| П | Contas a receber – Clientes | (17.682) | (5.020) | Jui | | | | | |
| П | Fornecedores – terceiros | 11.470 | 8.485 | Int | | | | | |
| 1 | Obrigações Fiscais e Tributárias | _ | 795 | Ca | | | | | |
| 1 | Fornecedores – partes relacionadas | (23.744) | 40.087 | _d | | | | | |
| | Outros Valores a pagar | 317 | 1.168 | Αμ | | | | | |
| | Outros Valores a pagar partes relacionadas | (33.766) 8.041 | 48.321 | E | | | | | |
| | Partes relacionadas – provisão Aportes do Poder Concedente | 1.949.268 | 1.312.916 | Ca No | | | | | |
| | Caixa Líguido Gerado Pelas Ativida- | 1.343.200 | 1.312.310 | No | | | | | |
| | des Operacionais | 1.928.273 | 1.430.747 | Au | | | | | |
| d | Fluxos de Caixa das Atividades de Inve | | 200.7 17 | , ie | | | | | |
| Л | 1 | | P | ı | | | | | |

a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras. 2.3 Mudancas Nao ha saldos ou operações com moedas estrángeiras. 2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 2024 que causaram impactos significativos nas demonstrações financeiras referente ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2024. 3. Uso de estimativas e julgamentos – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1 Estimativas e premisas contábeis criticas: Com circunstâncias. 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: Com hase em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas o premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivas de consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivas de consistentes de mente, dessa forma as estimativas e premissas que apresentam um risco com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **4. Gestão de riscos** financeiros - Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concerta-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é destinadados de concerta realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas. **Risco** cambial: A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande majoria de suas operações são denominadas em reais. Atualmente não está exposta significativamente ao risco cambial decorrente de exposições à outras moedas. O risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de impolificação cambial decorre pasição cambial a contra a receber do morando. externo. Risco de taxa de juros e atualização monetária: O endivida mento da Companhia a longo prazo está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente devido às variações do IPCA – Indice Nacional de Preços ao consumidor Amplo. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos financiamentos e debênti uespesas finalicias relativas a empresamios, finaliciamietos e deemieros e decimeros escapitados no mercado. Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil, além que as receitas futuras são também reajustadas com a inflação, constituindo-se num instrumento natural de mitigação. A Companhia tem também passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercar tis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado

| | | | 1 | | 0005 | 0000 | 0007 . 0040 |
|------------------|-----------------|------------|-------------|-------------|----------------------------|-----------------|------------------|
| IPCA | 4,59% | 5,05% | 4,13% | _compromiss | sos futuros refletem as ta | ixas de mercado | em cada período. |
| Taxas – CDI (%) | 13,50% | 14,85% | | | zar sua liquidação. As tax | | |
| Referências | 2025 | 10% | | | rimonial até o venciment | | |
| | <u>Provável</u> | Cenário II | Cenário III | | encimento, corresponder | | |
| em cada período. | | | | | abela a seguir analisa os | | |

| | 2.968.488 | (1.602.886 | <u>6) 44.604</u> | 847.484 | | 2.257.690 |
|--------------|------------------|------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------|-------------|
| nota | s explicativas į | parte integran | ite das demonstraçõ | ies financeiras. | | |
| le C | aixa – Exerci | ícios findos e | m 31 de dezembr | ro de 2024 e 2023 (En | n milhares de F | Reais) |
| - 3 | 31/12/2024 3 | 31/12/2023 | | | 31/12/2024 | |
| | ionais | | Ativo Financeiro de | (2.521.501) | (2.556.467) | |
| | 516.142 | 157.603 | Aquisição imobilizado | do | (78) | (11) |
| o do período | | | Aquisição de intang | gível | (18) | (322) |
| pera | acionais: | | Direito de uso | 348 | (679) | |
| | 265.892 | | | icado nas atividades | | |
| a | 3.622 | 2.009 | investimentos | | (2.521.249) | (2.557.479) |
| | 836 | | | das Atividades de Fina | | |
| | (3.322) | - | Captação de financ | iamento BNDES | 720.000 | 525.000 |
| | 845.483 | | | Iso pelo financiamento | | |
| | (1.587.495) | (846.526) | BNDES | | (14.198) | (12.156) |
| | 735 | 328 | Custo das garantias | | | |
| | 41.893 | 26.799 | financiamento do | | (79.397) | |
| | | | Juros pagos de debe | entures EBL longo prazo | (131. 283) | |
| | | | Captação de deber | | - | 500.000 |
| | 1.804 | | Custo de captação | | - | (85.584) |
| | (9.328) | | Amortização de val | | _ | (292.282) |
| | (17.682) | | Juros pagos dos er | | - | (19.866) |
| | 11.470 | | Integralização de ca | | 362.682 | 304.470 |
| | _ | | | rado Pelas Ativida- | | |
| | (23.744) | 40.087 | des de Financia | | <u>857.804</u> | 739.969 |
| | 317 | | Aumento/(Reduç | | | |
| las | (33.766) | 48.321 | Equivalentes de | | 264.828 | (386.763) |
| | 8.041 | - | Caixa e equivaler | | | |
| | 1.949.268 | | No início do exercío | | 63.174 | 449.937 |
| | | | No fim do exercício | | 328.002 | 63.174 |
| _ | 1.928.273 | 1.430.747 | Aumento /(Reduc | ;ão) de caixa e | | |
| | stimentos | | equivalentes de | | 264.828 | (386.763) |
| As | s notas explica | itivas parte int | tegrante das demon: | strações. | | |
| | | | | | | |

| Passivo Financeiro | 31/12/2024 I | ndicador | 10% (10%) | | | | | | |
|---|-------------------|---------------|--------------|-----------|--|--|--|--|--|
| Circulante | | | | | | | | | |
| Debentures | (27.514) | IPCA | _ | - | | | | | |
| Obrigações Contratuais (41.952) CDI – – | | | | | | | | | |
| Circulante | (69.466) | | | | | | | | |
| Financiamento | (5.834.123) | IPCA | (284) | 285 | | | | | |
| Debentures | (1.434.201) | IPCA | (38) | 38 | | | | | |
| Não circulante | (7.268.323) | | (322) | 323 | | | | | |
| Total | (7.337.790) | | (322) | 323 | | | | | |
| Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade dos instrumentos | | | | | | | | | |
| financeiros, traz as disponibilidades de caixa e equivalente de caixa e | | | | | | | | | |
| os riscos referentes a | os contratos firr | nados para o | s quais a Co | mpanhia | | | | | |
| está exposta a variado | cões o índice c | ontratual, no | entanto o | s valores | | | | | |
| desses índices não a | presentam varia | acões relevar | ntes. Os val | ores que | | | | | |
| podem gerar prejuízos | s são imateriais. | Fatores de | risco finan | ceiro: As | | | | | |
| atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco | | | | | | | | | |
| de crédito e risco de liquidez. Risco de crédito: O risco de crédito ao | | | | | | | | | |
| qual a Companhia est | á sujeita: Crédi | to bancário | : No risco d | e crédito | | | | | |
| qual a Companhia está sujeita: Crédito bancário: No risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa a Administração determina os | | | | | | | | | |

limites de crédito de aplicação para cada banço, mantendo aplicações financeiras somente nos bancos considerados de primeira linha (rating)

de baixíssimo risco, contratando aplicações financeiras em renda fix

31/12/2024 Indicado

9.874.953

ac compromissadas de curto prazo de máximo 90 dias, remunerando a taxa CDI com percentuais entre 65 e 95%.

Instituição financeira

S&P Fitch

Moodys Moodys Bal S&P Fitch Banco do Brasil S. A Morgan Brasil S. A Risco de líquidez: O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de líquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças que monitora as previsões continuas das exigências de liquidez da Companhia. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção. Os recursos financeiros da Concessio nária foram obtidos por meio de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das futuras receitas da prestação de serviços - contraprestação pecuniári, por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias - e receitas aces sórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinado para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O potencial excesso de caixa mantido é investido em contas bancária com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta iquidez. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia

compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período Longo prazo 2025 Curto prazo (27.514) (41.952) (128.201) (1.434.201) (89.638) (1.344.563 Debentures Obrigações contratuais (48.321) (48.321 (128.201 Partes relacionadas Outros passivos (28.754) (483.025) Total (7.776.697) (226.697) (7.293.672)

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2025



sse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Concessionária Linha Universidade S.A.

im decorrência da etapa atual do projeto (fase I) onde a infraestrutura necessária para operação está sendo construída e desenvolvida e não há operação para se gerar caixa operacional, a Companhia conta com recursos oriundos de acionistas, do poder concedente e financiamento unto a instituições bancárias para as operações que, neste momento, trata-se substancialmente do desenvolvimento de obra do projeto do metró. A situação de liquidaz com vencimentos em curto prazo é espedado a faita de comencia de come rada para o desenvolvimento de um projeto desta natureza. A medida em que a Companhia se prepara para receber recursos oriundos do financiamento de longo prazo do BNDES (contrato que já se encontra assinado) e com isso melhorar sua situação de liquidez, aportes de acionistas e poder concedentes, bem como eventuais empréstimos ponte são considerados pela companhia para liquidação de suas obri-gações de curto prazo. A Companhia estruturada no modelo financeiro para garantir o avanço durante a Fase 1 do Contrato de concessão indica as principais movimentações de recursos recebidas e realizadas e o detalhe da sua fonte indicadas abaixo: • Financiamento Ponte de Projeto (Debêntures 1°; 3° Emissão) – R\$ 1,5 bilhão reais- emitidas 2020 e quitadas em 2020; • Financiamento Ponte de Capital (Debêntures 4° Emissão) – R\$ 950 milhões reais- emitida em 2021 de longo prazo com vencimento a partir de 2026; • Liberação do empréstimo Longo Prazo (BNDES) – R\$ 5,0 bilhões reais- emituda do até 2024; • Financiamento de Infraestrutural prop Prazo (Chebântures 8° Emissão). P\$ 5,0 milhões de Infraestrutura Longo Prazo (Debêntures 5ª Emissão) – R\$ 500 milhões de lili aestrutura Loligo Friazo (Debelitures 2 Elinisado) - RS 500 lilinios (Preas - longo prazo emitida em 2023; • Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 4,4 bilhões reais acumulados até dezembro/2024; • Aportes dos sócios R\$ 1,4 bilhão reais acumulado até 2024; Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia a Administração pode propor ajustar a estrutura de capital da Companina a Administração pode propor caso em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento vide nota (13.3). (a) Estimativa do valor justo: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em ealizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. **Instrumentos** financeiros por categoria: Pressupõe-se que os registros dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e as contas a pagar aos fornecedores, outras obrigações assumidas apresentadas pelo seu valor contábil, menos o pressuposto de perdas por impairment, no caso de contas a

| receber, estejam proximos de s | seus vaiores justos. | |
|--------------------------------|----------------------|-------------------|
| Ativos financeiros | Classificação | Valor Contábi |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 328.002 |
| Contas a receber | Custo amortizado | 17.682 |
| Outros ativos | Custo amortizado | 23.843 |
| Adiantamentos | Custo amortizado | 1.664 |
| Circulante | | 371.191 |
| Depósitos em garantia | Custo amortizado | 237 |
| Não circulante | | 237 |
| Total ativos financeiros | | 371.428 |
| Passivos financeiros | Classificação | Valor Contábi |
| Debêntures | Custo amortizado | (27.514 |
| Obrigações contratuais | Custo amortizado | (41.952 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | (128.201 |
| outros passivos | Custo amortizado | (29.030 |
| Circulante | | (226.697 |
| Financiamento | Custo amortizado | (5.834.123 |
| Debêntures | Custo amortizado | (1.434.201 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | (48.321 |
| Obrigações contratuais | Custo amortizado | (459.413 |
| outros passivos | Custo amortizado | (639 |
| Não circulante | | (7.776.697 |
| Total passivos financeiros | | (8.003.394 |
| 4.1. Ativo Financeiro - Conce | ssão de servicos púb | licos. O Contrato |
| do Concocção Patrocinada nº | | |

de Concessão Patrocinada nº 15/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 4/2013, Processo STM nº 770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde: • Com base nas caracteristicas estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação écnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão a qual fornece as orientações sobre controlização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo: 1. Parcela estimada dos inves-timentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito concessão con c ncondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. 2. A infraestrutura de construção será recuperada através do seguinte fluxo de caixa: (a) Remuneração da contraprestação pecuniária; (b) Aporte de recursos pelo Poder Concedente. A Administração considera que os pagamentos pelos investimentos na construção assim a remuneração pecuniária referente aos aportes de recursos, assim como tendo em conta que o risco da demanda real está coberto pelo poder concedente, aplicará tudo ao registro em seu ativo financeiro, não econhecendo itens como ativo intangível na contabilidade da sociedade. Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica (OPC 01(R1) — Contra-tos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de conces-são, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. Importante mencionar que o contrato de concessão prevê a recomposição do reequilibrio econômico e financeiro do projeto, em sua cláusula 20.7.1.8, para o caso a demanda trimestral contabilizada encontrar-se em patamares entre o mínimo de (60%) ou acima de (140%) para o período comparativamente a demanda projetada. A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e: (ii) despesas de o aumento da capacidade e meinoria da infraestrutura e; iii) despessas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício. **4.1.1. Ajuste ao valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos espectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas eceitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o participado por porte de la conformidade com o participado por la conformidade com o conformidade c egime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas inhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa ontratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Se ima entidade revisa suas estimativas de pagamentos ou recebimentos, amortizado de um passivo financeiro (ou grupo de instrumentos financeiros) para refletir os fluxos de caixa contratuais estimados revisados. A entidade deve recalcular o valor contábil bruto do ativo financeiro ou o entidade deve electricia o Valor Contain unto de alvo miantenido vicusto amortizado do passivo financeiro como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais estimados, que são descontados à taxa de juros efetiva original do instrumento financeiro (ou taxa de juros efetiva ajustada por qualidade crediticia para ativos financeiros comprados ou originados om problemas de credito). O ajuste é reconhecido no resultado do período como receita ou como despesa. 5. Principais contábeis materiais As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas emonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram Os saldos nas contas de Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudanca de valor, 5.1.2. Receitas de contratos com insignicante de mudançã de valor. 3.1.2. Receitas de contratos con-Clientes: A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte metroviários, conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção implantação de sistema para a Linha 6 – Laranja do Metro de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroviárias, serão reconhecidas quando da utilização pelos usuários/ clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional será reconhecida pelo método linear durante o período de vigência. A Concessionária presta servicos de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores

cialmente uma taxa de remuneração esperado para o ativo financeiro, cialmente uma taxa de remuneração esperado para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado. O modelo financeiro de negócios da Companhia, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o periodo contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo clausulas contratuais firmadas, datas e previsões que servirá para remunerar os investimentos no projeto (a) Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor do custo amortizado. 5.1.4. Ativos financeiros ao valor justo por meio do arriortizado: 3.1.4. Ativos manceiros ao valor justo por meio de resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesso a categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são dehitados à demonstração do resultado. Subsequente transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequente-mente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos: neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significati-vamente, todos os riscos e os beneficios de propriedade. Para mensu-ração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a car o auto ou passivo. Us ativos e passivos lintariceiros registratous a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; o Nível 3. Ativos o asectios civios para o propor não existem ou que escas o Nível 3. Ativos o asectios civios para o propor não existem ou que escas o Nível 3. Ativos o asectios civios para o propor não existem ou que escas o Nível 3. Ativos o asectios civios para o propor não existem ou que escas o Nível 3. • Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Custo amortizado: Ativo ou inexistente, nao observador di inquito. Custo amortzado: Autor financierio finstrumento financierio de divida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. (i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro (instrumento financeiro de divida) cuir fluxo de caixa contratual resulta companda do financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contra-prestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor instendo investimente em outros resultados plaragentes. (A) Companio justo do investimento em outros resultados abrangentes. (a) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanco patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhe-cidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (b) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. (c) Perdas por impairment: Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado parda por desavolarizarás o sobra os ativos financeiros e não financeiros para por estimados de maneira confiável. perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a onhecido. (d) Instrumentos financeiros derivativos e ativida ser reconnecido. (a) instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de hedge (Hedge Accounting). Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

5.2. Ativo financeiro da concessão: (a) Constituição do ativo financeiro. Valores dos contrates de socia dos divistos ao servição do activo. financeiro: Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de manaceiro: variores dos contratos de cessao dos direitos e assunção de dividas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tange a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais. Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção Implantação da climita o Laránja do metro de Salo Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema. (b) Concessão: Referese a direito de atuar durante as três fases previstas no contrato de concessão e nos aditivos I e II assinado em 2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroviário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metró, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo de Estado de São Paulo pelo período de 24 anos. 5.3. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão pelos de concessão de concessão de concessão de concessão de concessão pelo governo de Estado de São Paulo pelo período de 24 anos. 5.3. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão pelo pelo pelo concessão de conce sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos, ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável. Uma perda por deterioração é reconhecida guando o valor contábil do ativo excede seu valor noração e recomiectora quando o valor contabil do ativo excede seu valor recuperável, e representa o maior valor entre o valor justo e seus preços de venda em condições de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanco. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há registros de impairment. 5.3.1. Contas a pagar a fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas de pagar pela aquisição de bens e/ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificados entre os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo do subsequentemente, mensuradas pelo custo matorizado como puso do subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data de vencimento. **5.3.2.** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, flugido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a acuars é reconhecida o ademonstração do resultado durante o período por contra de consecuente de consecuent pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circu-lante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo guando for provável que eles irão resultar em benefícios econô micos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. 5.4. Provisões: As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente configingação incorreis são presistadas quandos em configingação presente configingação pre ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária ja ocorridos; (ii) e provavel que uma saida de recursos seja necessaria para liquidar a obrigação; e (iii) e se o valor provisionado puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. A Companhia não possui obrigações de aposentadoria para seus empregados, outras obrigações pós-emprego, ou remunerações baseadas em ações. 5.4.1. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda da pessoa jurídica do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas aliquotas de 15%, acrescidas do adicional 4.10% sobre a lurgar Entitutával, a contribuição. Social sobre a lurga resultante. de 10% sobre o lucro tributável, e a Contribuição Social sobre o lucro líquido utiliza a alíquota de 9% sobre a base tributável. Para fins de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a sociedade observa o limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a compensação do enferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a compensação do enferido sociedade enferidos compensações do enferido combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimô nio líquido e/ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantiva mente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios

anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças 11. Ativo financeiro de concessão - A concessionária adquiriu a temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação O imposto diferido é mensurado pelas aliquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até adata de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser reali o pagamento autorida de miposto de reinda e pinos cenira que ser esta-zado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser dis ponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacio nam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de sobre a mesnía entudade sujeria a mibutação. Um auvo de imposou renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão redu cau social uniento sad revisacios à cuada dada de relación de Serad revisación na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia, de acordo com o CPC 32 Impostos diferidos – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo esta desta fundada quia compensação actá finitada a 30% dos lucros quais contribuição social, que não possuem prazo a contribuição social, que não possuem prazo esta cetá finitada a 30% dos lucros quais contribuição social, que não possuem prazo esta cetá finitada a 30% dos lucros quais contribuição social, que não possuem prazo esta cetá finitada a 30% dos lucros quais contribuição social, que não possuem prazo de social de s prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodica inducaveis. O vanor contabil do alivo fiscal anterido e revisado periodici-mente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elabo-ração das projeções de resultados, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. 5.4.2. Demais passivos circulantes e não circu-lantes. São demostrados pales valores conhecidos que sigificais lantes. São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. **5.5. Capital social.** As ações do capital social são classi ficadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de acões por classes. 6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes - As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2024, são as seguintes:

• Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC26/IAS1) - As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou esclarecer os requisitos para determinar se um passivo e circulante ou mão circulante e axigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) – As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras A avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de líquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com inicio em ou após 1º de janeiro de 2024. • A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem "integralmente vinculada", com efeito em resultado seme lhante ao das alterações exceto que os impactos dos impostos diferidos infante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. • **Outras normas**: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/FRS 16) • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/ IAS 21). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financei 31/12/2024 31/12/2023 Aplicações financeiras (i) 328.002 Total (i) O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações en renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valo e com liquidez imediata à taxa negociada que varia entre 65% e 95% da taxa CDI negociadas com instituições conhecidas e sólidas no mercado.

8. Contas a receber – Os valores registrados como contas a receber, la são referentes aos valores addicionais cobrados do Poder Concedente em função dos desvios geotecnológicos encontrados durante a construção das estações – PUC Cardoso de Almeida, Freguesia do Ó, Joao Paulo e Higienópolis-Mackenzie. Os valores foram reconhecidos após A o recebimento da confirmação formal do Poder Concedente diante do parecer técnico da Certificadora sobre a implantação e a aprovação dos custos referentes à superveniência geotecnológicos ocorrida após análise desta Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões (CMCP), através da análise o parecer técnico encaminhado por meio da Carta CS-089/2024.

31/12/2024
31/12/2023 parecer tecnico encaminhado 31/12/2024 31/12/2023 Contas a receber 17.682 Total 9. Adiantamentos a fornecedores - O registro do valor de adian tamento feito pela companhia, refere-se ao cumprimento da cláusula contratual firmada junto a fornecedores pela contratação de serviços de implantação de sistemas específicos para o funcionamento das novas estações do metrô. Circulante 31/12/2024 1.550 31/12/2023 1.918 Não Circulante Adiantamentos a fornecedores

10. Impostos a recuperar - O registro dos créditos tributários feito pela companhia, refere-se em grande parte aos valores de IRRF retido sobre os saldos das aplicações financeiras resgatados, que não foram utilizados na apuração do exercício e que será utilizado futuramente 31/12/2024 18.973 31/12/2024 11.940

1.664

Taxa contratada
- IPCA + Spread

IPCA + 3.79

IPCA + 3.79

- IPCA + Spread IPCA + 3,39

npostos a recuperar 2020 a 2024

Subcredito E

Subcredito (

Não Circulante

Financiamento

Subcredito A Subcredito B

Outros valores de créditos a compensar

13.2. Debêntures: A Companhia utiliza recursos pr

valor de R\$ 4.995.000 (quatro bilhões e novecentos e noventa e cinc valor de R\$ 4.950.00 (quadro billiose si novecientos e novelta e comitato são esperadas novas liberações que totalizará o valor de R\$ 6.900.000 (seis bilhões e novecentos milhões reais). Abaixo

concessão pública em outubro de 2020, por meio da cessão de direitos a concessão da Linha 6-Laranja de metrô de São Paulo, para a cons a concessado da Linida e-Laranja de nierto de Sado Fadación, para a construção e a operação do trecho Brasilândia até São Joaquim de metró. O projeto se encontra na fase I de construção e implantação da linha. A administração da companhia availiou o registro contábil do contrato de concessão como Ativo Financeiro pelas suas características. O edital do projeto possui a data base 2013, e por isso valores adicionados ao ativo financeiro são atualizados conforme índices contratuais pré determinados e a composição dessas bases refletem na taxa de retorno que tem o indice percentual de 13,62% a.a. na posição findo em 31 de dezembro de 2024 e de 13,52 % em 31 de dezembro de 2023. O quadro indicativo a seguir apresenta os valores dos investimentos acumulados

| Contrato de Cessão Move São Paulo Contrato Cessão Entidades Financeiras | 31/12/2024 516.870 | 31/12/2023 516.870 |
|--|-----------------------|---------------------------|
| Contrato Cessão Entidades Financeiras | 516.870 | 516.870 |
| | | |
| 0 - 1 1 - 1 | | |
| Credenciadas | 309.308 | 309.308 |
| Contrato Cessão BNDES | 283.213 | 283.213 |
| Contrato de Cessão Move São Paulo | 88.000 | 88.000 |
| Contrato de Cessão Distrato EPC | 118.404 | 118.404 |
| Contratos de cessão da operação (a) | 1.315.795 | 1.315.795 |
| Atualização financeira (b) | 3.354.720 | 1.767.717 |
| Atualização financeira do Contrato (b) | 3.354.720 | 1.767.717 |
| Contrato de Construção – EPC | 8.658.110 | 6.559.385 |
| Contrato de Construção Material Rodante | 472.701 | 172.347 |
| Ativo Financeiro Máguinas e Equipa- | | |
| mentos | 8.891 | - |
| Contrato da obra e aquisição de | | |
| equipamentos(c) | 9.139.702 | 6.731.732 |
| Contratos de assessoria (d) | 107.720 | 107.720 |
| Outros gastos operacionais (f) | 387.593 | 273.570 |
| | 495.313 | 381.290 |
| Aportes do poder concedente (e) | (4.424.543) | (2.475.275) |
| Total | 9.880.987 | 7.721.259 |

(a) Os registros referentes à compra da operação e assunção das dividas existentes entre as empresas do Consórcio |Move São Paulo e os banços envolvidos nos financiamentos. (b) O registro dos valores da atualização financeira do ativo financeiro de concessão adquirido esses valores podem ser afetados de acordo com os avancos da obra e mudanças no cenário econômico. (c) Os registros dos valores que envolvem o avanço da etapa de construção e da produção e certificação da obra e demais aquisições de equipamentos, esses valores poder ser afetados nos períodos apresentados pelo ritmo de construção e montagem dos equipamentos e sistemas. (d) Os registros dos valore referem-se a contratação de assessorias para formulação dos acordo referent-se a contratação de assessorias para formitulação dos acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior. (e) Os registros dos valores referentes ao aporte do poder público referente à PPP – Parceria Público Privada, previstos no contrato de concessão, no qual o Estado contribui com o aporte de fluxo financeiros no projeto, com base nas métricas pré-definidas em critérios de medição e no avanço da obra. (f) Os valores registrados referem-se aos gastos operacionais da Concessionaria, que estão sendo capitalizados durante a fase de obras e constitui uma parte do investimento ativo financeiro de concessão. 12. Impostos de renda e contribuição social diferidos - Na determinação dos impostos de renda e da contribuição social diferidos a Companhia apresenta créditos tributários decorrentes dessa fase do projeto e de prejuizos fiscais (IRPJ) e bases negativas (CSLL). A compensação dos prejuizos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, e estabelecen na scondições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuizos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionados às diferenças temporárias e à expectativa de realização futura. O plano de negócio da Companhia prevé prejuizos fiscais na fase de construção e da implantação das estações e dos sistemas, estes serão compensados em exercícios posteriores, quando a Companhia comecar a receber as receitas tarifárias pelo funcionamento das estações e demais receitas contratuais, com isso ela terá direito aos fluxos de caixas pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, advindos da operação dos transportes de passageiros, locação de espaços e publicidade

| Apuração da IRPJ e CSLL – Base | DIICI | uauc. | |
|---------------------------------------|-------|---------------|---------------|
| | | 21 /12 /2024 | 21 /12 /2022 |
| permanente | | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| =) Lucro antes do imposto de | | 782.034 | 238.794 |
| renda e da contribuição social | | 456.029 | 988.580 |
| (+) Adições Custo de construção | | 452.669 | 986.275 |
| Provisões indedutíveis | | 3.360 | 2.305 |
| | | (2.155.240) | (1.935.237) |
| -) Exclusões | | | |
| Receita de construção | | (452.669) | (986.275) |
| Receita de atualização do ativo | | (1.701.025) | (948.962) |
| Outras | | (1.546) | /707.000 |
| =) Base tributável | .= | (917.177) | (707.863) |
| | 25% | (229.294) | (176.965) |
| CSLL | 9% | (82.546) | (63.709) |
| Total – IRPJ/CSSL diferido | | | |
| ativo (a) | | (311.840) | (240.672) |
| Apuração da IRPJ e CSLL – Base | | | |
| diferenças temporárias | | | 31/12/2023 |
| +) Adições | | 456.029 | 988.580 |
| -) Exclusões | | (2.155.240) | |
| =) Base tributável | | (1.699.211) | (946.657) |
| | 25% | (424.803) | |
| CSLL | 9% | (152.929) | (85.199) |
| Total – IRPJ/CSSL diferido passivo | (b) | (577.732) | (321.863) |
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Ativos diferidos (a) | | 311.840 | 240.672 |
| Passivos diferidos (b) | | (577,732) | (321.863) |
| Total líquido - IRPJ/CSSL diferido | | | |
| passivo (c) | | (265,892) | (81.191) |
| Quadro do saldo acumulado – IRPJ e | | (200.002) | (02::202) |
| CSLL diferidos | | | |
| Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2020 |) | | |
| a 2023 | | (193.521) | (193.552) |
| Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2024 | | (265.892) | (133.332) |
| Total IRPJ/CSSL diferido acumulad | | (459.413) | (193.552) |
| Alíguota efetiva – (%) | | 34% | 34% |
| | ب اسا | | |
| 13. Debêntures, financiamentos e o | | | |
| Financiamento de longo prazo junto | | | |
| volvimento Econômico e Social – E | | | |
| iberação do financiamento de longo p | orazo | o do RINDES (| e o aporte no |

demonstramos as movimentações do financiamento junto ao BNDES 31/12/2022 Liberação garantias BNDES (+) Juros 31/12/2023 **captação** (4.100) 28.461 286.087 94.192 274.000 288.41 2.794.10 (7.319) 475.162 525.000 (61.467) (12.156 4.562.746 Custo garantias BNDES Liberação (4.594) 140.198 (897 463.48 371.000 (8.695 (48.621 394.829 3.502.61

(79.398)

644.973

5.834.123

13.2. Debêntures: A Companhia utiliza recursos provenientes de financiamentos de longo prazo para avançar com as fases do projeto de construção do metrô Linha 6 – Larania na cidade de São Paulo, adicionalmente, foi necessário recorrer a empréstimo pela emissão de debêntures ara disponibilizar mais recursos ao projeto e financiar os gastos e obrigações necessários não cobertos pelo recurso BNDES Em 31 de dezembro de 2023 Custo de Captação + Juros incorridos (1) Juros pagos (118.146) Captação Amort. Principal CDI+ Spread 31/12/2022

720.000

(14.198)

2.278.342

3.636.207

2.794.103

4.562.746

| | IOLAI | 909.070 | 500.000 | (00.004) | 137.474 | (110.140) | 1.393.422 |
|----------------|-------------|------------|-----------------|----------|--------------------|-----------------|------------|
| | | | | | | | |
| Em 31 de dezem | bro de 2024 | | | | | | |
| | | | Captação Amort. | Custo de | | | |
| | CDI+ Spread | 31/12/2023 | Principal | Captação | + Juros incorridos | (-) Juros pagos | 31/12/2024 |
| Curto prazo | CDI +1,82% | 27.457 | _ | | 131.340 | (131.283) | 27.514 |
| Longo prazo | CDI +1,82% | 1.365.965 | - | 836 | 67.400 | - | 1.434.201 |
| ٠. | Total | 1.393.422 | | 836 | 198.740 | (131.283) | 1.461.715 |
| | | | | | | | continua |

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2025



Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

| Apresentamos os saldos das d | encimento. ./12/2023 | | nos valores arência de pr | | | | | | |
|--|--------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|--|---|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Circulante Debêntures | | 27.514) | (27.457) | preveem carência de prazo, os pagamentos que iniciaram em 2022 e seguem anualmente até o outubro de 2025, com acréscimo de juros de 3% a. a. Os contratos de cessão incluem valores transacionados | | | | | |
| Não circulante Debêntures | | 7.514) 34.201) (| (27.457) (1.365.965) | pelas emp | resas que fize atuaram nas | ram parte do | consórcio | de empres | as constru- |
| 13.3. Obrigações contratuais | (1.46 | 1.715) (1 | 1.393.422) | dispendido | os e obrigaçõe as obrigações | s assumidas | . O acordo | prevê paga | amentos de |
| de compra de ativos e no contra | ato de cessão de | | | | dos valores a | | iocarriado, i | 3 ap. 00011ta | moo abano |
| Em 31 de dezembro de 202: Obrigações contratuais Circulante | | 1/12/2022 | Transf. | Amortiza | ção Juros | apropriados | Juros F | agos 31 | 1/12/2023 |
| Empréstimos – Consórcio Mov | e _ | 170.594 170.594 | <u> </u> | (128.8 | | 5.593 5.59 3 | | 4.764) 1.764) | 32.585 32.585 |
| Não Circulante Empréstimos – Consórcio Move | — Р | 63.741 | | (30.3 | | 3.330 | | | 33.361 |
| Empréstimos – Move | _ | 8.000 71.741 | | (30.3 | | - | | | 8.000 41.361 |
| Total Obrigações contratuai Em 31 de dezembro de 202 | 4 | 242.335 | | (159.2 | | 5.593 | | 1.764) | 73.946 |
| Obrigações contratuais Circulante | _ | 1/12/2023 | Transf. | Amortiza | ção Juros | apropriados | | 'agos 31 | 1/12/2024 |
| Empréstimos – Consórcio Mov Empréstimos – Move | e _ | 32.585 | 8.000 | | | 1.367 | | | 33.952 8.000 |
| Não Circulante | _ | 32.585 | 8.000 | | | 1.367 | | | 41.952 |
| Empréstimos – Consórcio Move Empréstimos – Move | e _ | 33.361 8.000 41.361 | (8.000) (8.000) | (29.5 | | | | 3.765) - 3.765) — | |
| Total Obrigações contratuai | | 73.946 | | (29.5 | 96) | 1.367 | (3 | 3.765) | 41.952 |
| (*) A companhia efetuou a quita a pagar as dívidas financeiras | referente a par | cela dos en | npréstimos | ligados ao l | BNDES e sua | s Entidades | Financeiras | credencia | das, esses |
| pagamentos de iniciaram em 2 empréstimos e financiamen | itos contratado | s: A Compa | inhia celebro | ou alguns co | ontratos de er | npréstimos e | assunção | de dívida q | que contêm |
| cláusulas que regem questões a companhia a observar itens | como os descri | tos abaixo: | Pagament | tos de divid | endos limitad | os aos mínin | nos obrigat | órios previs | stos na Lei |
| das Sociedades por Ações. • Obter autorização prévia dos | Conceder ou amo s debenturistas (| ortizar qualq para casos (| uer emprést de redução | timo, mútuo de capital. | ou pagamentA Companh | os de qualqu a não identif | er natureza icou nenhu | a quaisque ma não co | er afiliados. nformidade |
| para os períodos apresentados Concessionária faz parte do Gr | | | | | | | | | |
| ando nas áreas de construção, construtoras da Espanha, com | água, indústria, | e serviços e | energias re | nováveis, fo | rmáda por vá | rias empresa | s e conside | erada entre | as maiores |
| concessionária contratou a co túneis, dos terminais e das es | nstrutora Accion | ia Construcc | ción como r | esponsável | pelas obras, | O contrato E | PC – refere | e-se à cons | trução dos |
| S.A, referente à contratação do em 31 de dezembro de 2024 e | os profissionais o | da área de E | ngenharia e | Financeira. | Os principais | | | | |
| _ | | dores-Prov | | Forn | ecedores Ou | | s a pagar /12/2024 | | acionadas 1/12/2023 |
| Acciona Construcción S.A. (i) Acciona Concesiones S.A. (ii) | 120.208 | | 1.472 | 7.976 17 | 20.995 10.711 | | 48.321 | | 48.321 |
| Resultado | 120.208 Custo serviços | | 2.167 s EPC | 7.993 | 31.706 | | 48.321 | | 48.321 |
| Acciona Construcción S.A. (i) | 3 1/12/2024 2.429.906 | 31/12/ 2.29 | /2023 99.065 | | | | | | |
| Acciona Concesiones S.A. (ii) | 2.433.979 | | 8.856 7.921 | | | | | | |
| (i) Acciona Construcción, cons registrados nas contas de ativo | | | | Tipo -ON | – Ações Ord | inárias | Acões | Acões | Acões a |
| trução do projeto referente à im do metrô previstos no contrato | plantação dos te | rminais e da | s estações | Quadro a | cionário | Partic. (%) | | integrali- zadas | |
| dos, que podem apresentar os Acciona Concesiones, empresa | scilação devido a | ao ritmo das | s obras. (ii) | | onstrucción | 43,00% | 113.950 | 113.950 | |
| concessão de transportes, águ registrados nas contas de ativo | a e energia em va | ários países. | Os valores | Financier STOA Met | as | 39,64% 12,36% | 105.046 32.754 | 105.046 32.754 | - |
| atuaram nas áreas de engenha líquido - A Concessionária foi o | ria, legal e finan | ceira. 15. P | atrimônio | Linha Univ | ersidade | 5.00% | 13.250 | 13.250 | _ |
| com a razão social de Linha Un social subscrito no valor de R\$ 1 | iversidade Partic | ipações, co | m o capital | Total | – Ações Pref | 100,00% erencias Cl | 265.000 asse A | 265.000 | |
| nominal e tendo como objeto so não financeiras, sendo posterio | ocial atuar como | Holding de i | nstituições | | | Partic. | Ações | Ações integrali- | Ações a integrali- |
| para Concessionária Linha Unive como prestador de serviços ex | ersidade S.A. e o | objeto social | l para atuar | Quadro a Acciona Co | cionário onstrucción | 43,00% | 109.650 | zadas 109.650 | zar |
| Paulo e o capital social subscrit e vinte milhões de Reais) e ad | to elevado para l | R\$ 520.000 (| quinhentos | Socgen Inv Financier | | 39,64% | 101.082 | 101.082 | _ |
| acionista de R\$ 138.450 (centre cinquenta mil Reais) em 31 d | | | | STOA Meti Linha Univ | ersidade | 12,36% | 31.518 | 31.518 | - |
| zada em março de 2022 o Cor solicitou e os acionistas decidi | | | | Investime Total | entos | 5,00% 100,00% | 12.750 255.000 | 12.750 255.000 | <u> </u> |
| em R\$ 875.000 (oitocentos e se forma passando de R\$ 520.00) | | | | Tipo -PN | – Ações Pref | erencias Cl | asse B Ações | Ações | Ações a |
| para R\$ 1.395.000 (um bilhão, Reais), com a emissão de nova: | s ações do tipo p | referencial o | de classe B | Quadro a | | Partic. | tas | integrali- zadas | integrali- zar 46.513 |
| e o valor acumulado de aportes e noventa e oito milhões, quatro | ocentos e cinque | enta mil reais | s) em 31 de | Linha Univ | | 43,00% | 376.250 | 329.737 | |
| dezembro de 2022. Em reunião de Administração da Companhia | a solicitou e os ac | cionistas dec | idiram pelo | Investime STOA Meti | ro Brazil | 5,00% 12,36% | 43.750 108.150 | 19.271 37.873 | 24.479 70.277 |
| aumento do capital subscrito en setenta e três milhões, quatroo | centos e oitante | e oito mil re | ais), dessa | Socgen Inv | | 39,64% | 346.850 | 336.208 | 10.642 |
| forma passando dos atuais R\$ 1 e cinco milhões de reais), para | R\$ 2.968.488 (do | ois bilhões, r | novecentos | Total Tipo -PN | – Ações Pref | 100,00% erencias Cl | | 723.089 | 151.911 |
| e sessenta e oito milhões, quat a emissão de novas ações do | tipo preferencial | de classe C | ; D e E. As | Ouadra a | alamánia | Partic. | | Ações integrali- | |
| novas integralizações de capit os valores acumulados de apo | rtes foram de R | \$ 1.002.920 | em 31 de | | onstrucción | 89,58% | 750.184 | zadas _ | 750.184 |
| dezembro de 2023 para o valo no período findo em 31 de deze | | | | Linha Unive Investime Total | | 10,42% | 87.231 837.414 | | 87.231 837.414 |
| movimentação acumulada. Movimentação aportes acur | nulados de 202 | 20 a 2023 | R\$ | | – Ações Pret | | asse D | | |
| Ano – 2021 Ano – 2022 | | | 138.450 560.000 | Quadro a | cionário | Partic. (%) | | Ações integrali- zadas | |
| Ano – 2023 Total de 2020 a 2023 | muladaa da 201 | | 304.470 1.002.920 | Socgen Inv | versiones | 100,00% | 520.364 | 122.513 | zar 397.851 |
| Movimentação aportes acui Janeiro de 2024 Março de 2024 | nulauos de 20 | 2 4 | R\$ 80.000 130.696 | Total | | 100,00% | 520.364 | 122.513 | 397.851 |
| Julho de 2024 Outubro de 2024 | | | 20.702 | TIPO -FIN | – Ações Pref | Partic. | Ações | Ações integrali- | Ações a |
| Total de 2024 Total de 2020 a 2024 | | | 362.682 1.365.602 | Quadro a STOA Met | | 100,00% | 215.709 | zadas | 215.709 |
| O quadro abaixo destaca os aci suas respectivas participações | | ntes da soci | edade e as | Total | onsolidado | 100,00% | 215.709 | 1.365.602 | 215.709 |
| nas posições findo em 31 de d Tipo -ON – Acões Ordinárias | ezembro de 202 | | ac açues, | (a) Destin | nação do res parte dos lucr | ultado: Exis | te a previsâ | ão contratu | al de desti- |
| | Ações | Ações integrali- | | deduzidos | : (i) 5% antes a legal até o l | de qualquei | destinaçã | o para a c | onstituição |
| Quadro acionário | (%) tas 3,00% 113.950 | zadas | zar | estabeleci | do no Estatut ia para o paga | o Social da | Companhia | em sua a | lteração, a |
| Socgen Inversiones |),64% 105.046 | | _ | mínimo 5% | passou a ser entes terão a | de 0% do lu | cro líquido a | ajustado. (iii | i) Os lucros |
| STOA Metro Brazil 12 Linha Universidade | 2,36% 32.754 | 32.754 | - | Geral dos a Acordo de | acionistas, de e acionistas: | acordo com Nos termos | oroposta foi do Estatuto | rmulada pel Social, a C | la Diretoria. Companhia, |
| Investimentos5 | 0,00% 13.250 0,00% 265.000 | | | seus acior | nistas e os adi sias entre eles | ministradores | obrigam-s | e a resolve | r eventuais |
| Tipo -PN - Ações Preferenc | ias Classe A Ações | | Ações a | a ser cons ("Câmara") | stituído na Arbi). 16. Receit a | tragem da C as e custos | âmara de C de constr | Comércio In rução - A | ternacional Companhia |
| Quadro acionário | artic. subścri- (%) tas | integrali- | | registra na ativo finano | a contabilidade ceiro e os cust | e as receitas os em contra | em contra apartida dos | partida do s fornecedo | registro do ores contra- |
| | 3,00% 109.650 | | - | tados, resi | ultante das op ceiro está sen | erações da Fa | ise I do con | ntrato de co | ncessão. O |

31.518

255.000

346.850 108.150

12,36%

5,00% **100,00%**

(%) 43,00%

39,64% 12,36%

O quadro abaixo destaca os acionistas participantes da sociedade e as

suas respectivas participações e percentuais, tipo e classe de ações.

Tipo -PN – Ações Preferencias Classe B Ações

STOA Metro Brazil

inha Universidade

Quadro acionário

STOA Metro Brazil

inha Universidade

Capital consolidado

Investimentos

Total

Quauro acionario Acciona Construcciór Socgen Inversiones

Investimentos

Total

101.082 11.358

 Ações
 <th

244.687

20.159

118.156

102.163 108.150

Custos

Acões Acões a

de locação das estações.

Receitas

Receita de Construção EPC Receita Atualização Ativo Financeiro

Receitas outros gastos operacionais

Custos de outros serviços geotecno

Total custos dos serviços prestados

Total das Receitas Liquidas

Custo de Construção (a)

Custos de Seguros (c)

Receitas outros servicos geotecnologia (b)

spectivamente, valores registrados receitas referem-se aos valores a receber do am em 2022 e PC Poder Concedente em decorrência dos eventos geotécnologicos cimo de juros que geraram incremento ao orçamento da obra, enquanto os custos que gerarán incremento ao orçaniento do orçaniento se cusos são valores adicionais a serem repassados a construtora com conta dos incrementos em obras. (c) O contrato de concessão prevê a necessidade de contratação de apólices de seguros para garantir a cobertura e mitigar os possíveis riscos associados a obras, riscos das operações e riscos de não cumprimento das obrigações contratuais.

17. Despesas operacionais — Refere-se aos registros dos valores das despesas operacionais da companhia detalbados conforme abentura e os valores despesas operacionais da companhia detalhados conforme abertura abaixo, os servicos contratados partes relacionadas, servicos contraabaixo, os serviços contratados partes relacionadas, serviços contratados de terceiros, despesas com pessoal, administrativas e outras.

32.585
32.585
32.585
33.361
8.000
41.361
73.946
31/12/2024
33.953 33.952 c) indicados na quadros abaixo.

Concessionária Linha Universidade S.A.

846.863

(7.556)

31/12/2024 31/12/2023

114.420 4.501.318 31/12/2024 31/12/2023 (2.299.190) (7.556)

(2.790.239) (2.318.268)

2.401.938 1.586.598

(7.536)

dos fluxos de caixas futuros quando começar a receber as receitas pelo funcionamento do metrô. A Companhia encontra-se na Fase I do

contrato de concessão e nessa fase não há previsão de recebimento

das receitas tarifárias e demais receitas da exploração de espaços e

(a) A variação ocorrida ao comparar os trimestres se refere a produção

de obra que está em estágio mais avancado e acelerado acarretando

| Despesas Operacionais | | 31/12/2023 | | |
|---|-------------|------------|--|--|
| Serviços contratados – Partes Relacionada | as (17.594) | (20.932) | | |
| Total - Serviços contratados - partes | | | | |
| relacionadas | (17.594) | (20.932) | | |
| Serviços contratados de assessorias | (15.755) | | | |
| Serviços operador sistema metro | (20.633) | | | |
| Serviços de certificadora | (21.003) | | | |
| Serviços de sustentabilidade | (3.677) | (1.494) | | |
| Outras | (1.646) | (2.741) | | |
| Total – Serviços contratados – terceiro | | (39.447) | | |
| Pessoal | (22.362) | | | |
| Administrativas | (1.883) | | | |
| Tributárias | (5.769) | | | |
| Depreciação e Amortização | (734) | (674) | | |
| Total – Administrativas, tributárias e | | | | |
| com pessoal | (30.748) | (26.973) | | |
| Total despesas operacionais | (111.056) | (87.352) | | |
| 18. Resultado financeiro líquido | | | | |
| Resultado Financeiro Líquido | | 31/12/2023 | | |
| Rendimento sobre aplicações financeiras (| | 29.099 | | |
| Demais receitas financeiras | 2.397 | - | | |
| Descontos obtidos | | 127 | | |
| Total receitas financeiras | 27.891 | 29.226 | | |
| Juros sobre empréstimos BNDES (b) | (644.971) | (482.725) | | |
| Juros sobre empréstimos – Debentures (b) | (198.740) | | | |
| Juros sobre empréstimos CCBS (b) | - | (6.915) | | |
| Juros sobre empréstimos – Cessão (c) | (1.772) | (5.592) | | |

Resultado Financeiro Líquido Demais despesas financeiras Total despesas financeiras Resultado Financeiro líquido

31/12/2024 31/12/2023 (845.880) (817.989)

(a) Resultado das operações com os recursos que permaneceram investidos em aplicações financeiras. (b) Operação com contrato de empréstimos BNDES de longo prazo. (c) As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros incidentes sobre cada operação e estão descritas na Nota Explicativa 13.3. **19. Desapropriações –** A Concessionária será responsável pelas comunicações e pelo acompanhamento dos pro cessos de desapropriações de imóveis previstos Decreto Estadual nº 58.025 de maio de 2012. • **Artigo 1º** – A lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012. necessários para a implantação da Linha 6 – Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ. • **Artigo 2º** – Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ autorizada a invocar o caráter ud metropolitario de Sad Faduro – METRO autorizada a minoca o cala ade de urgência nos processos judiciais de desapropriação. • Artigo 3º – As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ. Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica na qual são aportados os valores que possir ofinir valicaria especimica na qua saa aportiados os variores de indenização aos donos dos imóveis, A Concessionária não controla esta conta e tem acesso somente para fins de consulta. A cláusula 37º do contrato de concessão prevê ainda que se a Concessionária, verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Esta-dual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus. da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a CONCESSIONARIA apresentar ao Poder Concedente os documento a CONCESSIONAM A presentar ao Pouer Contecedire os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados. A Companhia por meio dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes à desapropriação de imóveis, apresentandistórico de mudança de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão em conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapro priação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente, Foran pração dos infoveis e a responsabilização do Poder Confecedite. Foram identificadas 188 ações referentes a processos de IPTU dos inóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela Companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados às contingências envolvendo a Companhia. 20. Cobertura de apólices de seguros, fianças e garantias contratadas - A Companhia contrata cobertura hanças e garantas contratadas — A Companhia contrata coberturas de seguros, cartas de fiança e garantias para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta. O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantir de riscos financeiros do Poder Concedente, e contratou a apólice nº 50014798 para mitigar os riscos. Através da apólice nº 2500446 a Companhia contrata coberturas para mitigar riscos associados ao escritório prédio e ao conteúdo. Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias juntos a instituições financeiras.

| Companhia contratada | Garantia Contrato de Cessão | Tipos de seguros | Importância segurada | Prazo de vigência |
|---|---|--------------------|-------------------------|----------------------------|
| Tokio Marine S.A. 50% – Pottencial Seguradoras S.A. – 50% | N° 61902020881107750014798 Endosso n°002 | Riscos Financeiros | 858.513 | 18/12/2022 a 06/10/2025 |
| Total Cobertura | | | 858.513 | |
| Abaixo apresentamos o sumário da apólice de seguros administrativo. | | | | |

| Companhia contratada | Contrato de Seguro administrativo | Tipos de seguros | Importância segurada | Prazo de vigência | |
|----------------------|--------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|----------------------------|--|
| Tokio Marine S.A. | N° 2500446 | Compreensivo Empresarial | 6.500 | 15/12/2024 a 15/12/2025 | |
| Total Cobertura | | | 6.500 | | |

Enquanto o contrato de empréstimo de longo prazo do BNDES prevê a contratação de cartas de fianças e garantias juntos a instituiç

| Companhia contratada | Garantia Empréstimos/Tipos de Seguros | Prazo de vigência | Valor nominal Cartas de Garantias | Valor de referência do limite de garantia | Impor- tância utilizada |
|---|---|-------------------------|--|--|-------------------------------|
| Banco ABC do Brasil | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 150.000 | 150.000 | 124.998 |
| Banco BNP Paribas Brasil | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 400.000 | 400.000 | 333.329 |
| Banco Bradesco | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 100.000 | 100.000 | 83.332 |
| Banco Credit Agricole Brasil, S.A. | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 426.000 | 426.000 | 354.995 |
| CAF – Corporacion Andina de Fomento | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 200.000 | 136.734 | 113.943 |
| ICO – Instituto de Crédito Oficial, E.P.E. | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 600.000 | 410.201 | 341.830 |
| Banco J.P. Morgan, S.A. | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 283.000 | 283.000 | 235.830 |
| INTESA SanPaolo, S.P.A. | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 443.246 | 303.033 | 252.525 |
| Banco Santander (Brasil), S.A. | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 500.000 | 500.000 | 416.661 |
| Sumitomo Mitsui Banking Corporation | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 443.246 | 303.033 | 252.525 |
| Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro, S.A. | Carta de fiança/Garantia contratual BNDES | 25/07/2022 a 31/07/2027 | 300.000 | 300.000 | 249.998 |
| Total Cobertura | | | 3.845.492 | 3.312.001 | 2.759.966 |

A Diretoria

Rogério Rodrigues Ferreira - Contador CRC 1SP 242.561/0-6

nio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem nio liquido e dos fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em alteração, a conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir ntitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das de (iii) Os lucros | trações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia da acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para funda-mentar nossa opinião. **Ênfase** — **Fase I de implantação das esta-ções, terminais e sistemas metroviários:** Chamamos atenção para çoes, terminais e sistemas metroviarios: chainamos atenção para a nota explicativa nº 1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas metroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e de poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos

foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações infanir tratados no contexto de nossa adultoria das deninostracios financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Mensuração dos ativos financeiros da concessao: Conforme mencionado nas Notas Explicativas n°s 4.1 e 11 das demonstrações financeiras. Principais assuntos de subtaista de 11 da demonstrações financeiras. Principais assuntos de subtaista de 2014 auditoria: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu RS 9 880 987 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual incondicional de receber caixa pelos serviços de construção e operação da linha 6 do metrô de Sao Paulo. Conforme ICPC 01/0CPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo servico

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Aos Administradores e acionistas da Concessionária Linha Universidade S.A. São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimõ
inanceira sobre a Subremista que in incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar qua is sao os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que nao representam potencial de geração de receita adicional e sao reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como o efeito da atualização financeira sobre o atvo. Consideramos esse assunto como significativo de la vertifica de table para a possa autitoria devida a naturação ao financeira sobre o atvo. Consideramos esse assunto como significativo de la vertifica de table para a possa autitoria devida a naturação do efficia contabilitado de companhia exerceu julgamento para determinar qua is são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que nao representam potencial de geração de receita adicional e sao reconhecidos como financeiras sobre o atvo. Conscieramos esses assunto como significativo de la companhia exerceu julgamento para determinar qua is são os gastos relacionados ao servição de construção da infraestrutura da queles que na companhia exerceu julgamento para determinar qua is são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura da queles que na companhia exerceu julgamento para determinar qua is são os gastos relacionados ao servição de construção da infraestrutura da queles que na companhia exerceu julgamento para determinar qua is são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura da queles que na companhia exerceu julgamento para determinar qua is são os gastos relacionados ao servição da infraestrutura da queles que na companhia exerceu julgamento para determinar qua is sã para a nossa auditoria devido a natureza da política contabil relativa ad assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contabil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria ende-reçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de analise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas: Testes documentais em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspe ção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspe cão, junto com a area de engenharia, das medicões realizadas de acord com o andamento das obras. Avaliação, em base amostral, da natur dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os criterios e políticas contabeis para determinação se tais gastos sao qualificaveis ou nao para capitalização. Envolvimento de especialistas para revisão tecnica do calculo da taxa de retorno sobre concessao base para a atualização do ativo financeiro. Avaliaçã se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideran as informações relevantes requeridas pelas praticas contabeis adotadas no Brasil. Com base nas evidencias obtidas, por meio dos procedimer tos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitaveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessao como ativo financeiro, sua atualização financeira, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercí cio findo em 31 de dezembro de 2024 Outras informações qu acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a audi toria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no acesticade case describado esta de la consistencia de consistencia de la consistencia trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temo nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é respor pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações ceiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/03/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

. continuação Concessionária Linha Universidade S.A.

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda

a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacio- ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou nais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tornadas com base nas referidas demonstra-ções financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações** vante nas demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de audias demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude e as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

representações falsas intencionais. — Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o obietivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. — Avaliamos a adequação das políticas con-tábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respec-tivas divulgações feitas pela administração. — Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade razoável é um alto nível de seguranca, mas não uma garantia de que maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o modificacão em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condiçõe obitidas ate a data de nosso relatorio. Ciodavía, eventinos du comiocóper futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. — Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o con-teúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre extres espectos, de alegano elapacida, de apoca da auditoria a des outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/0-6 F-R I

Walter Malvar Leite da Silva Contador CRC RJ-117.037/0

Publique no **Data Mercantil!**

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.



Contato: (11) 3361-8833

☑ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo **MERCANTIL**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade



Circulante

Caixa e equivalente de caixa

Estoques Impostos a recuperar Outros Créditos

Não Circulante

nvestimentos

Total do Ativo

Outros tributos

(-) Depreciação acumulada

Receitas/(-) Despesas Operacionais

mobilizado

Severo Villares Projetos e Construções S/A Relatório da Administração Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos a satisfação de submeter ao exame e apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas contas do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa relativas as atividades da empresa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 a Directoria (Campinas, 31 de dezembro de 2024 A Directoria) A Directoria (Campinas, 31 de dezembro de 2024) Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em reais) Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em dez/24 dez/23 Passivo e Patrimônio Líquido Circulante 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em reais dez/24 52,493 5.218.068 850.425 Fornecedores Atividades operacionais 75.355 8.255.145 2.654.880 Salários, encargos e provisões Obrigações Fiscais IRPJ e CSLL a recolher Lucro (prejuízo) líquido do exercício +) Depreciação 3.907.255 97.245 3.762.054 97.245 8.255.145 4.203.724 11.659 2.371 (=) Lucro que afeta o caixa 3.859.299 4.004.500 Outras contas a pagar Variações no circulante Redução (Aumento) de créditos 876.558 16.424.065 19.264.993 869.146 Não Circulante (1.548.844)(627.858) tributários inanciamentos e empréstimos 5.601.360 5.601.360 Redução (Aumento) de outros créditos Outros débitos 2 879 135 2 874 495 (775.803)571.885 22.089.200 10.296.000 2.032.739 15.241.000 10.296.000 2.032.739 Redução (Aumento) do realizável a 5.601.360 5.601.360 (10.702.195) 2.773 (6.852.840) (1.876) Patrimônio Líquido longo prazo Aumento (redução) de fornecedores 36.349.786 36.349.786 Capital social 1.580 5.513.267 3.907.255 (1.492.281) (1.395.036) Reserva de capital Aumento (redução) de obrigações 1.751.213 9.288 (11.587) Resultado do exercício (=) Caixa gerado (aplicado) no 35.825.741 29.070.146 (9.170.075) (5.165.575) 5.218.068 52.249.806 48.335.139 Total do Passivo e Patrimônio Líquido 52.249.806 48.335.139 negócio (=) Resultado final de caixa (10.766.982 (**6.907.683**) 12.125.751 Disponibilidades no início do período Demonstração de Resultado do Exercício - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em reais) Disponibilidades no final do período dez/24 (10.318) dez/23 dez/24 dez/23 (8.690) (5.165.575)(6.907.683) Despesas financeiras Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis (949.495) (312.168) Receitas financeiras (168.007) (203.181 22.123 856,662

5.098.201

(1.190.946)

(1.145.340)

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro 5.076.078 4.050.732 do Exercício 3.907.255 3.762.054 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Em reais) Lucros/(Prejuízos) Acumulados Total 1.751.213 38.102.579 Capital Social 36.349.786 Reserva de Capital 1.580 Saldos em 31 de dezembro de 2022 Lucro líquido do exercício Saldos em 31 de dezembro de 2023 36.349.786 1.580 5.513.267 41.864.633 9.420.522 45.771.888 Saldos em 31 de dezembro de 2024 36.349.786 1.580

= Lucro (Prejuízo) Operacional antes do IRPJ e CSLL (-) Provisão p/IRPJ e CSLL

Lucro (Prejuízo) Líquido

1. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das S.A., 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC quando aplicáveis. **2. Sumário das principais práticas contábeis**: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.1**. Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. **2.2**. Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aguisição subtraído das depreciações acumuladas, 3, O Capital Social é de R\$ 33.457.942,00 representadas por 33.457.942 ações totalmente integralizadas. Campinas, 31 de dezembro de 2024.

Rodrigo Malvezzi da Silva - Diretor Vagner Xavier dos Santos – Contador CRC nº 1SP 216.992/0-1

Peixe Ao Cubo Franchising S.A.

5 556 253

5.076.078 4.050.732

CNPJ n° 34.170.444/0001-97 - NIRE 35300541651

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de Dezembro de 2024

Data, Hora e Local: No dia 10 de dezembro de 2024, às 10:00 horas, de forma on line, por meio do link meet.google.com/rio-wtcj-pip. Fornecido pela sociedade Peixe Ao Cubo Franchising S.A. ("Companhia").

Convocação: Convocação prévia realizada via e-mail em 28.11.2024, com o aviso aos acionistas em conformidade com a legislação. Presença: Acionistas representando 99,85% (noventa e nove virgula oitenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas abaixo. Mesa: Presidente: Ricardo Alves de Lima Tavares Secretário: Luís Fábio Fonseca Freitas. Ordem do Dia: (i) aprovação das contas da administração do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício da Companhia, referente ao exercício social findo em 31/12/2023; (ii) nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a eleição da Diretoria; e (iii) outros assuntos de interceso do Companhia. Palibarçãos: (ii) deliberado a presende por una priedo com resentes de la companhia de leição da Diretoria; e (iii) outros assuntos de termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a eleição da Diretoria; e (iii) outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações**: (i) deliberado e aprovado, por unanimidade, sem ressalvas ou restrições, das contas da administração, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico da Companhia, referente ao exercício social findo em 31/12/2023. (ii) deliberado e eleitos para os cargos de Diretores da Companhia, para mandato de 02 (dois) anos, **Ricardo Alves de Lima Tavares**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 20.706.778-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 246.811.438-80, domiciliado na Rua Apinajés, nº 1.359, Perdizes, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.258-001, designado Diretor Presidente e **Luis Fábio Fonseca Freitas**, brasileiro, casado, publicitário, portador da cédula de identidade RG nº 271.671-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 150.199.748-38, residente na Rua Professor Lucio Martins Rodrigues, nº 320, apartamento 31, Jardim Leonor, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.621-625, designado Diretor sem designação específica. (iii) deliberado e re-ratificado, conforme exposto no Estatuto Social anexo, o aumento do capital social da Companhia, aprovado na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 06 de setembro de 2023, sob o registro de nº 403.395/24-0. (iii.1) Onde se lê, na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 06 de setembro de 2023, sob o registro de nº 403.395/24-0. (iii.1) Onde se lê, na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que passa de R\$ 1.049.000,00 (um milhão e quarenta e nove mil reais), tembro de 2023, sob o registro de n° 403.395/24-0; (iii) aprovado, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, que passa de R\$ 1.049.000,00 (um milhão e quarenta e nove mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações, então 7.450 (sete mil, quatrocentas e cinquenta) ações ordinárias, 1.550 (mil, quinhentas e cinquenta) ações preferenciais classe A e 1.000 (mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e quatorze reais), sendo um aumento de R\$ 349.514,00 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital social realizados pelos acionistas, expressos nos Boletins de Subscrição anexos a esta Ata. Em razão do aumento do capital social acima mencionado, no valor de R\$ 349.514,00 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais) oram emitidas 349.514 (trezentas e quarenta e nove mil, quinhentas e quatorze) ações ordinárias, to das nominativas e sem valor nominal, com correspondente alteração no Estatuto Social da Companhia, ndicando que o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é então, de R\$.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e quatorze reais), dividido em 1.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e quatorze reais), dividido em 359.514 (trezentas e cinquenta e nove mil, quinhentas e quatorze) ações, sendo 356.964 (trezentas e cinquenta e seis mil, novecentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, 1.550 (mil, quinhentas e cinquenta) ações preferenciais classe B e 1.000 (mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal. (iii.2) Passa a ler, na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 06 de setembro de 2023, sob o registro de nº 403.395/24-0: (iii) aprovado, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, que passa de R\$ 1.049.000.00 (um milhão e quarenta e nove mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações, então 7.450 (sete mil, quatrocentas e cinquenta) ações ordinárias, 1.550 (mil, quinhentas e cinquenta) ações preferenciais classe A e 1.000 (mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos e quatorze reais), sendo um aumento de R\$ 349.514,00 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda os e quarenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda os e quarenta e nove min, quimentos e quatorze reasis, totalmente subscrito e integranizado em moeta corrente nacional, por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital social realizados pelos acionistas, expressos nos Boletins de Subscrição anexos a esta Ata. Em razão do aumento do capital social acima mencionado, no valor de R\$ 349.514,00 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e quatorze reais), foram emitidas 298.514 (duzentas e noventa e oito mil, quinhentas e quatorze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e 48 (quarenta e oito) ações preferenciais classe A, ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e 48 (quarenta e otio) açoes preferencias classe A, com correspondente alteração no Estatuto Social da Companhia, indicando que o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é então, de R\$ 1.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos quatorze reais), dividido em 308.562 (trezentas e oito mil, quinhentas e sessenta e duas) ações, sendo 305.964 (trezentas e cinco mil, novecentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, 1.598 (mil, quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais classe A e 1.000 (mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal. (iii.3) Onde se lê, no Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia, Anexo I, da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 06 de setembro de 2023, sob o registro de n° 403.395/24-0: ARTIGO 5° O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente, é de R\$ 1.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos quatorze reais), dividido em 359.514 (trezentas e cinquenta e nove mil, quinhentos quatorze reais), dividido em 359.514 (trezentas e cinquenta) ações e quatorze) ações, sendo 356.964 (trezentas e cinquenta e seis mil, novecentas e sessenta e quatoro) ações ordinárias, 1.550 (mil, quinhentas e cinquenta) ações prefereniais classe A e 1,000 (mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal, (iii.4) Passa a ler, no Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia, Anexo I, da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 06 de setembro de 2023, sob o registro de n° 403.395/24-ò: Artigo 5° o Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado m moeda corrente, é de R\$ 1.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos quatorze reais), dividido em 308.562 (trezentas e oito mil, quinhentas e sessenta e duas) ações, sendo 305.964 (trezentas e cinco mil, novecentas e sessenta e quatro) ações ordinárias. 1.598 (mil, quinhentas e noventa e oito) ações orreferenciais classe A e 1.000 (mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal. (iii.5) Os Boletins de Subscrições de Ações, Anexo II e Anexo IV da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 06 de setembro de 2023, sob o registro 403.395/24-0, seguem re--ratificados, anexos a esta ata (Anexo I). (iv) deliberado e ratificado, por unanimidade, a cessão e trans-ferência, a título de compra e venda, de 100% (cem por cento) das 115.792 (cento e quinze mil, sete-centas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas por **Thiago Mar**cell Rodrigues Alves, brasileiro, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 34.420.163, inscrito no CPF/MF sob o n.º 337.956.668-30, residente e domiciliado na Rua Fábia, n.º 94, apartamento 191, Vila Romana, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.051-030, ara o acionista Ricardo Alves de Lima Tavares, pelo valor acordado entre as partes de R\$ 1,00 (um real), sendo que todos os procedimentos para o exercício do direito de preferência dos demais acionis-ta foram devidamente respeitados. (v) a mesa registra a abstenção do acionista Victor Hugo Granzlera Abi Chedid em relação a todas as matérias deliberadas nesta Assembleia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura: Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foi ncerrada a Assembleia e lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada elos presentes. São Paulo, 10 de dezembro de 2024. **Assinaturas:** Presidente, Secretário e Acionis-

as: Conforme relação de assinaturas abaixo. Ricardo Alves de Lima Tavares - Presidente: Luís Fá-

tas: Conforme relação de assinaturas abaixo. Ricardo Alves de Lima Tavares - Presidente; Luís Fábio Fonseca Freitas - Secretário. Acionistas: Ricardo Alves de Lima Tavares; Luís Fábio Fonseca Freitas; Victor Hugo Granziera Abi Chedid - pp. Lucas Carneiro Gorgulho Mendes Barros. Testemunhas: Nome: Vanessa Midori Higa - RG: 45.495.939-4 - CPF: 332.977.728-16; Nome: Elisabete Martins Pereira - RG: 29.546.488-4 - CPF: 278.989.218-01.
Estatuto Social da Peixe Ao Cubo Franchising S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pelas disposições legais que lihe forem aplicáveis. A Companhia adota o nome fantasia "Peixe ao Cubo". Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro jurídico em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Apinajés, nº 1359, Sala 01, Sumaré, CEP 01.258-001. Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir ou encerrar filiais, no Brasil ou no exterior. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto: (i) a exploração da concessão, administração e supervisão de franquias empresariais, envolvendo o licenciamento c/ou sublicenciamento de know-how, segredos industriais, comerciais ou de negócios, marcas e outros direitos de propriedade intelectual ou correlatos, para exploração da atividade de franchising de restaurantes com sistema de delivery; e (ii) a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Capítulo III — Capital Social de Ações - Artigo 5° - O capital social da Companhia, totalmenacionista. Capítulo III – Capítal Social de Ações - Artigo 5° - O capítal social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente, é de R\$ 1.398.514,00 (um milhão, trezentos e noventa e oito mil, quinhentos quatorze reais), dividido em 308.562 (trezentas e oito mil, quinhentas e sessenta e duas) ações, sendo 305.964 (trezentas e cinco mil, novecentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, 1.598 (mil, quinhentas e noventa e oito) ações preferenciais classe A e 1.000 (mil) ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1° - Cada ação ordinária dá ao seu titular distributa distribut classe B, todas nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1° - Cada ação ordinária dá ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Parágrafo 2° - As ações preferenciais classe A e classe B não darão aos seus titulares direito a voto nas Assembleias Gerais, mas garantirão prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia (em igualdade de condições entre as classes). Os detentores de ações preferenciais classe B, além de prioridade no reembolso de capital, terão a veto em matérias específicas sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 12 abaixo. Capítulo IV — Assembleia Geral - Artigo 6° - Os acionistas reunir-se-ão em Assembleia Geral, ordinariamente, nos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo 1° - A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos acionistas, na forma da lei e do Acordo de Acionistas da Companhia, observadas as demais disposições legais. Parágrafo 2° - A Assembelia Geral será presidida por representante indicado pelo acionista que detiver a maior participação no capital social da Companhia na data da Assembleia Geral, o qual indicará o Secretário. Artigo ção no capital social da Companhia na data da Assembleia Geral, o qual indicará o Secretário. Artigo 7° - Observado o disposto no Artigo 12 abaixo, as deliberações da Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável de acionistas que representem, no mínimo, a maioria das ações com direito a voto, exceto quando maior quórum estiver previsto na lei, neste Estatuto Social ou no Acordo de Acionistas da Companhia. Capítulo V - Administração da Companhia - Artigo 8° - A Companhia será administrada o de companhia compando compando de companhia compando compando de companhia compando compando de companhia compando compa trada por uma Diretoria composta por 02 (dois) ou mais diretores, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais sem designação específica. **Artigo 9º** - Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos por mandatos de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. **Artigo 10º** - Na hipótese de renúncia de um dos Diretores ou diante da vacância na Diretoria, a Assembleia Geral elegerá um Diretor substituto. **Artigo 11** - Além das atribuições necessárias à realização do objeto social, a Diretoria fica investida de todos os poderes para, observado o disposto no Artigo 12 abaixo, representar, administrar e validamente obrigar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. **Artigo 12** - A prática dos seguintes atos, pela Diretoria, está sujeita à aprovação prévia da Assembleia Geral, incluindo também a aprovação da totalidade dos acionistas detentores de ações preferenciais classe B, os quais terão, portanto, direito de veto sobre estas matérias: (a) cessão definitiva, para terceiros, de qualquer marca Peixe ao Cubo de titularidade da Companhia (veto este que não inclui o licenciamento de marcas feito à franqueados e inerente ao objeto social da Companhia, os quais são, desde já, expressamente permitidos); (b) alteração dos termos e condições relacionados a trada por uma Diretoria composta por 02 (dois) ou mais diretores, eleitos e destituídos pela Assemblei quais são, desde já, expressamente permitidos); (b) alteração dos termos e condições relacionados contratos de licença de uso de imagem celebrados pela Companhia; e (c) inclusão, no objeto social da contratos de licença de uso de imagem celebrados pela Companhia; e (c) inclusão, no objeto social da Companhia, de atividades estranhas à franchising. Artigo 13 - Observado o disposto no Artigo 12 acima, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada: (a) pela assinatura conjunta de quaisquer de 02 (dois) Diretores; (b) pela assinatura de qualquer Diretor em conjunto com 01 (um) procurador legalmente constituído para representação da Companhia, devendo o procurador ser nomeado por instrumento e agir dentro dos limites dos poderes nele conferidos; (c) pela assinatura conjunta de 02 (dois) procuradores legalmente constituídos para representação da Companhia, desde que nomeados por instrumento de mandato e dentro dos limites dos poderes nele conferidos; ou (d) pela assinatura isolada de qualquer Diretor ou de um procurador, somente para a realização dos seguintes atos: (i) representação da Companhia perante a Justiça Trabalhista, repartições e departamentos federais, estaduais e municipais, incluindo-se a Secretaria da Receita Federal, assim como a assinatura de correspondência, incluindo as correspondências bancárias; e (ii) endosso de cheques para depósito nas respondência, incluindo as correspondências bancárias; e (ii) endosso de cheques para depósito na contas bancárias da Companhia. **Parágrafo Único** - Todas as procurações outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas por 02 (dois) Diretores. Salvo as procurações outorgadas para representação de Companhia em processos iudiciais ou procedimentos administrativos todas as demais procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de vigência determinado não superior a 01 (um) ano e vedarã o substabelecimento, sob pena de nulidade. **Artigo 14** - Quaisquer atos praticados por qualquer Direto por qualquer procurador ou por qualquer empregado, que sejam estranhos aos negócios e ao objeto de Companhia, tais como, sem limitação, a concessão de finanças ou avais, são expressamente vedado companina, tais comio, sem initiatado, a confessad e maniças to avais, sad expressamente vedados, sob pena de nullidade. Cláusula VI – Conselho Fiscal - Artigo 15 - Se instalado, a Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 03 (três) membros e respectivos suplentes. O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e será eleito e instalado pela Assembleia Geral em conformidade com as disposi-ções legais aplicáveis. Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação de Lucros - Artigo 16 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serã elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Parágrafo 1° - Os lucros verificados em cade exercício social terão a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) Pelo menos 1% (um por cento) do lucro líquido estipulado de acordo com o Artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e (c) O saldo terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral. Pará grafo 2º- A Companhia poderá levantar balanços intermediários ou intercalares para fins contábeis o ara distribuição de lucros, conforme determinação dos acionistas, Capítulo VIII – Liquidação da Con pandia - Artigo 17 - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei. Em caso de liquidação da Companhia - Artigo 17 - A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei. Em caso de liquidação da Companhia, os acionistas nomearão um liquidante a fim de que se proceda na conformidade das leis vigentes. **Capítulo IX – Acordo de Acionistas - Artigo 18** - A Companhia observará o Acordo de cionistas arquivado em sua sede, cabendo à administração abster-se de registrar transferências de Acionistas de ações contrárias às suas disposições e o Presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar o otos lancados em infração a tal Acordo, bem como, tomar as demais providências previstas ao Artig 118, da Lei nº 6.404/76. Capítulo X – Disposições Finais - Artigo 19 - Aos casos omissos aplicar-s--ão as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia e da Lei nº 6.404, de de dezembro de 1976, observado que eventuais conflitos entre os acionistas serão resolvidos por me de arbitragem, nos termos previstos no Acordo de Acionistas. Jucesp nº 36.528/25-0 em 11/02/2025 Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral.



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade



EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 – NIRE 35.300.605.306

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de fevereiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 17 (dezessete) dias do mês de fevereiro de 2025, às 10:00 (dez) horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. 2. Comvocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia (conforme definido abaixo), conforme assinaturas lançadas abaixo. 3. Mesas: Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a realização da 2ª (segunda) emissão, pela controlada da EPR 2 Participações S.A. ("Companhia"), a Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. ("Emissora"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$800.000.000, 00 (oltocentos milhões de reais), na data de emissão das Debêntures ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, em rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a", da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis 2022, conforme alterada (<u>"Resolução CVM 160"</u>), das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (<u>"Oferta"</u>) e nos termos e condições a serem dispostos no *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Unica* para Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático, da Concessionária Rodovias do Café SPE S.A."; para Distribuição Pública, Sob nito de registro Automático, da Concessionaria notovais do Cale SPE S.A., a qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("<u>Debenturistas</u>", "<u>Agente Fiduciário</u>" e "<u>Escritura de Emissão</u>", respectivamente), conforme apresentados aos acionistas; (ii) a outorga e constituição, pela Emissora, da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definido abaixo) em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo) apresentados aos acionistas; (iii) a orientação do voto a ser proferido, pela Companhia, no definido abaixo) apresentados aos acionistas; (iii) a orientação do voto a ser proferido, pela Companhia, no apresentados aos acionistas; (iii) servicas de liberar destre outros assuntos, sobre os itens de liberar destre outros assuntos, sobre os itens âmbito da assembleia geral extraordinária da Emissora que deliberar, dentre outros assuntos, sobre os iten amotto da assembueia geral extraordinaria da Emissora que deliberar, cientre outros assumos, sobre os tiens (i) e (ii) acima ("AGE da Emissora"); (iv) a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) apresentado aos acionistas; (v) a outorga de procuração, pela Companhia ao Agente Fiduciário, pelo prazo das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (vi) autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata incluindo, mas não se limitando as (a) negociar e definir os termos e condicises das Dehêntures e desta ata, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e definir os termos e condições das Debêntures e da Oferta; e (b) negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e à outorga das Garantias, incluindo, mas não se limitando aos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), bem como eventuais aditamentos; e (vii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia eventuais aditamentos; e (vii) a ratificação de todos e quaisquer atos ja praticados pela diretoria da companhia ou por seus procuradores para a realização da Emissão e/ou da Oferta. 5. Deliberações: Após exame dos itens constantes da Ordem do Dia, as acionistas deliberaram por unanimidade de votos, sem ressalvas: 5.1. Aprovar a realização da Emissõa das Debêntures pela Emissora e a realização da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e nos termos e condições a serem dispostos na Escritura de Emissão. 5.2. Aprovar a outorga e constituição, pela Emissora, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações pecuniárias principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, incluindo, (i) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, da Remuneração, dos Encargos Moratórios (todos conforme serão definidos na Escritura de Emissão), quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento (conforme será definido na Escritura de Emissão) das Debêntures, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão; (ii) todos e quaisquer outros pagamentos devidos pela Debentures, nos termos da Escritura de Emissão, (II) todos e qualsquer outros pagamentos devidos pela Emissora na Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, às obrigações de pagar despesas, custos, encargos, multas e/ou comissões relativas às Debêntures subscritas e integralizadas, à Escritura de Emissão e à totalidade das obrigações acessórias; e (iii) o ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção das Garantias, bem como todos e quaisquer custos e/ou despesas incorridas pelos Debenturistas em decor-rência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas e da excussão das Garantias, nos termos dos respectivos des direitos e prerrogativas dos Debenturistas e da excussão das Garantias nos termos dos respectivos en contratos de processor de contratos dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas e da excussão das Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável (<u>"Obrigacões Garantidas"</u>), mediante a implementação da Condição Suspensiva (conforme será definido na Escritura de Emissão), de cessão fiduciária, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei 4,728 e artigo 28 da Lei nº 8,987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (<u>"Lei das</u> Concessões"), de (1) todos os direitos creditórios principais e acessórios, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, presentes e futuros, decorrentes da, relacionados à e/ou emergentes da Concessão (conforme será definido na Escritura de Emissão) a que a Emissor a faz jus, incluindo direitos creditórios, receitas e recebíveis decorrentes da cobrança de pedágio, de direitos indenizatórios, incluindo, mas sem limitação, aos que sejam em decorrência da extinção, caducidade, encampação, falência, relicitação ou recomposição do equilíbric econômico-financeiro da Concessão e dos contratos de receita acessória e das apólices de seguro (conforme permitido nos termos do Contrato de Concessão) relacionadas à Concessão; e (2) todos os direitos creditórios da Emissora decorrentes dos valores a serem depositados e mantidos em determinadas contas correntes de novimentação restrita, de titularidade da Emissora, a serem indicadas no Contrato de Cessão Fiduciária de movimentação restrita, de titularidade da Emissora, a serem indicadas no Contrato de Cessao Fiduciaria de Direitos Creditórios ("Contas Cedidas"), assim como aplicações financeiras atreladas às Contas Cedidas, e os rendimentos auferidos em tais aplicações ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), nos termos do instrumento constitutivo da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"). 5.3. Aprovar a manifestação de voto favorável a ser proferido pela Companhia no âmbito da AGE da Emissora. 5.4. Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento das Obrigações Garantidas, mediante a implementação da Condição Suspensiva, de alienação fiduciária: (i) da totalidade das ações ordinárias e pre-foranciais (presentes a fituras) da fituacidad da Companhia, a de amiscão da Emissora da Finiscarda. ferenciais (presentes e futuras), de titularidade da Companhia e de emissão da Emissora (<u>"Ações Alienadas Fiduciariamente"); (ii)</u> de todas as novas ações de emissão da Emissora que venham a ser por ela emitidas e subscritas ou adquiridas no futuro durante a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificado de Ações, bem como quaisquer bens em que as Ações Alienadas Fiduciariamente sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificado de Ações, bem como quaisquer certificado de Ações, demonador de Ações, bem como quaisquer certificador de Ações, demonador de Ações de Ações, demonador de Ações, quaisquer bens em que as Ações Aulendads riduciariamente sejam convertidas, inclusive em quaisquer certiricados de depósitos ou valores mobiliários, e todas as ações de emissão da Emissora que sejam porventura
atribuídas à Companhia, ou eventuais sucessores legais, incluindo mas não se limitando, por meio de bonificações, desmembramentos ou grupamentos de ações, consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações,
dívisão de ações, conversão de debêntures, reorganização societária, as quais, caso sejam emitidas, subscritas ou adquiridas, integrarão e passarão a estar automaticamente alienadas fiduciariamente nos termos do
Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e que passarão a ser incluídas na definição de "Ações Alienadas
Fiduciariamente"; e (iiii) dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das Ações Alienadas Fiduciariamente,
inclusiva mas não se limitando aos direitos a todos pueros dividandos juvos sobra capital próprio, requições inclusive, mas não se limitando aos direitos a todos os lucros, dividendos, juros sobre capital próprio, reduçõe de capital, rendas, distribuições, proventos, bonificações e quaisquer outros valores a serem creditados, pagos, distribuídos ou por outra forma entregues, por qualquer razão, à Companhia em relação às Ações Alienadas fiduciariamente, bem como todos os direitos a quaisquer pagamentos relacionados às Ações Alienadas Fiduciariamente que possam ser considerados frutos, rendimentos, remuneração ou reembolso de capital nos termos previstos no instrumento constitutivo da Alienação Fiduciária de Ações, a ser celebrado entre o: acionistas da Emissora, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente ("Contrato de Alienação Fiduciária de Acões" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios os "Contratos de Garantia"). 5.5. Aprovar a outorga de procuração, pela Companhia ao Agente Fiduciário, pele prazo das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Alienação Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Acões, de forma a contrato de Acões de Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Acões de Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Acões de Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Acões de Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Acões de Fiduciária de Ações, de forma a contrato de Acões de Fiduciária de Ações de Fiduciária de Acões de Fiduciária de onstituir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, seu bastante procurador Desta forma, por meio desta deliberação, renuncia-se ao prazo expressamente previsto no estatuto social da Companhia. **5.6.** Autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a outorga das Garantias, bem como a adotarem todas e quaisquer medidas ecessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a negociar, (a) e definir os termos e condições das Debêntures e da Oferta; e (b) e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e à outorga das Garantias, incluindo, mas não se limitando à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos. 5.7. Ratificar todos a Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos. 5.7./ Ratincar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para o cumprimento das deliberações ora tomadas. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 7. Assinaturas: Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por: Danillo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., propos que a var a frapresentada por 2016 Carlos a Rodo. que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha reitas). A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo, 17 de fevereiro de 2025. **Mesa:** José Carlos Cassaniga -Presidente da Mesa; Enio Stein Júnior – Secretário. Acionistas: Equipav Rodovias Participações 🤉 Administração S.A. Por: Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino; **Perfin Voyage** Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Por: Perfin Infra Administração de Recurso: tda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 86.201/25-6 en

27/02/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício

C.L.O Rodoanel Osasco SPE S.A =

CNPJ nº 29.967.703/0001-75 - NIRE 35300528557 Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2025 Ata de Assembleia Geral Extraordinaria realizada em 31 de janeiro de 2025

1. Data, Hora e local: Dia 31 de janeiro de 2025, às 14:00 horas, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1336-cj. 41Pinheiros-CEP: 01451-001-São Paulo-SP. 2. Presença: A totalidade dos acionistas da companhia, nomeados na lista de presença anexa. 3. Mesa: Presidente: Renato Kluger; Secretário: Marines Hepp Parrilla. 4. Convocação: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. Ordem do dia: (i) aprovar a redução do capital social em R\$ 6.452.670,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta) reais de modo que o Capital social que era de R\$ 118.760.132,00. passa a ser de R\$ 112.307.462,00 (cento e doze milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos sessenta e dois) reais, sendo a reducão correspondente a igual número de acões dos grupos de acões AA e sessenta e dusis reals, seano a redução correspondente a igual miniero de aços exe grupos de ações Ava e AB vinculadas aos galpões 28 e 29 do CLO Centro Logistico Osasco de titularidade da acionista Inova Investimentos Ltda. nos termos da cláusula 9º do Estatuto Social. (ii) aprovar a entrega à acionista dos galpões 28 e 29 vinculados aos grupos de ações A4 e AB cancelados, em pagamento do valor de suas ações, através da competente escritura pública; (iii) deliberar sobre a forma de operacionalização do pagamento dos haveres ao acionista retirante e autorizar a Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à formalização dos atos acima mencionados. e; (iv) consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia adaptando ao novo capital social de R\$ 112.307.462,00 (cento e doze milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois) reais e sua vinculação aos remanescentes 32 grupos de ações. 6. Deliberações: Aprovar sessenta e duis; relats e sua funcinação aos reinairescentes 3.2 grupos de ações. A <u>Deinberações.</u> Aprovar a redução do capital social integralizado, atualmente de R\$ 118.760.132,00 (cento e dezorior milhões, setecentas e sessenta mil, cento e trinta e duas) em R\$ 6.452.670,00 (seis milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, sesentos e setenta) reais de modo que o Capital social que era de R\$ 118.760.132,00. passa a ser de R\$ 112.307.462,00 (cento e doze milhões, trezentos e setem ili, quatrocentos e sessenta e dois) reais, representado por igual número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; sendo a redução correspondente a igual número de ações integrantes dos grupos de ações AA e AB (3.226.335 de cada grupo), vinculadas aos galpões 28 e 29, sendo essas ações de titularidade da acionista **Inova Investimentos Ltda**, independentemente de parecer do conselho fiscal que não foi instalado; b) aprovação da entrega à acionista **Inova Investimentos** Ltda. dos galpões 28 e 29 vinculados aos grupos de ações cancelados, em pagamento do valor de suas ações, através da competente escritura pública; c) assegurar à acionista o direito de recebimento dos dividendos que lhe cabem até a presente data (antes da redução de capital), mediante a declaração de dividendos aos acionistas com base nos balanços de 31/12/2024 e 31/01/2025, ambos anexos a esta ata de assembleia geral (Anexo III) e Anexo IV), no montante de R\$13.820.821,67 e R\$1.300.104,02, respectivamente (sendo que os dividendos com base no balanço de 31/12/2024 foram objeto de adiantamentos ao longo do exercício e de pagamento em janeiro de 2025, este último no valor de R\$1.199.999,98, e os dividendos com base no balanço de 31/01/2025 serão pagos até o dia 11/02/2025), d) transferir ao acionista retirante, juntamente com o crédito decorrente da redução de capital, os direitos de usar e fruir dos galpões 28 e 29 a partir da presente data e transferíveis a terceiros; e) autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à formalização dos atos acima mencionados, especialmente a outorga, em até 21 (vinte e um) dias corridos a partir da presente data, ao acionista retirante da competente escritura pública que consumará a atribuição ao mesmo das unidades autônomas galpões 28 e 29 do Centro Logístico Osasco Rodoanel, de propriedade da Sociedade, situado Av. Leonil Cré Bortolasso, 945, Bairro São Pedro, Osasco, Estado de São Paulo, e; e) consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia adaptando-o ao novo capital social de RS 112.307.462,00 (cento e doze milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois) reais e sua vinculação aos 32 grupos de ações que são, neste ato, renomeados, passando o artigo 5º a vigorar com a redação, a saber: Artigo 5º 0 capital social, é de R\$ 112.307.462,00 (cento e doze milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois) reais, representado por igual número de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto, já integralizados anteriormente em dinheiro e créditos junto à sociedade. Parágrafo primeiro: As ações em que se divide o capital social são agrupadas em 32 (trinta e dois) grupos de ações, grupos esses numerados de A a Z e de AC a Al, compostos de quantidades diferentes de ações, de acordo com os critérios adiante especificados. Parágrafo segundo: Cada um dos trinta e dois grupos de ações em que se divide o capital social fica vinculado a uma das 32 (trinta e duas) unidades autônomas "galpão" do condomínio denominado Centro Logístico Osasco Rodoanel, de propriedade da Sociedade, situado na Av. Leonil Crê Bortolasso, 945, Bairro São Pedro, Osasco, Estado de São Paulo, perfeitamente e de acordo com o quadro demonstrativo identificado como Anexo II e integrante da presente ata ficando estabelecido que cada um dos trinta e dois grupos de ações será indivisível em relação à sociedade, de modo que a cada um deles sempre corresponderá a uma unidade "galpão" em sua totalidade. f) Fica estabelecido que a publicação da presente fará às vezes da publicação do delital. Encerramento: Nada mais, havendo a tratar, a sessão foi suspensa para a lavatura da presente ata. Esta Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de janeiro de 2025. Mesa: Presidente: Renato Kluger; Secretária: Marines Hepp Parrilla.

− Poissy Participações S.A. −

(Em Organização) Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 28/11/2024 Hora, data, local e presença: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro de 2024, às 08:00 (oito) horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, conjunto 918 - 9 andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **Poissy Parti**cipiações S.A. ("Companhia"), subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. Mesa:
Por indicação dos presentes, foi escolhida Nicolle Ramos de Almeida para presidir os trabalhos. Ordem do dia:
(i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (e) (iv) Eleição dos membros da Diretoria; Deliberações: (i) Constituida a mesa o, Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da Poissy Participações S.A., já de conhecimento do de todos, porém cujo teor foi lida a todos com presente a qual informa a presente ata na forma de navel. Litil De acomo Relatin de lido a todos os presentes, o qual integra a presente ata na forma de <u>Anexo I</u>; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição, o qual integra a presente ata na forma de <u>Anexo I</u>I, o capital social de R\$ 1.000,00 (mil reais), será dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu o Sr. Presidente que o valor correspondente a 10% (dez por cento) do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei e em moeda corrente nacional. Esclareceu, ainda, conforme art 81 da Lei Federal nº. 6.404/76, que o depósito referido no inciso III do art. 80 da Lei Federal nº. 6.404/76 será realizado no prazo de 5 (cinco) dias contados da presente data; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo o Sr Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivament constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **Poissy**Participações S.A.; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram o Diretor da Companhia, com
mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2027, permitida a reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia Micolle Ramos de Almeida, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 39.498.919-3 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o n.º 374.911.538-95, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1811, conjunto 918 - 9 andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para ocupar o cargo de <u>Diretor Presidente</u> da Companhia; O membro da Diretoria ora eleito assina neste ato o respectivo Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do <u>Anexo III</u>, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei Federal nº. 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil, conforme declarações expressas constantes nos Termos de Posse de Diretoria que integram a presente ata na forma de Anexo III. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se a lettura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse tazer uso, como ninguem se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, a saber: Acionistas Presentes; Identificados na página nº 2 do Livro de Presença de Acionistas. Membro da <u>Diretoria Eleito Presente</u>; Nicolle Ramos de Almeida. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. <u>Mesa:</u> Nicolle Ramos de Almeida (Presidente). <u>Visto do advogado:</u> Pablo Nunes Pal Singh Nain, OAB/SP nº. 372.320. <u>UCESP/NIRE nº 35300658540 em 21/02/2025</u>. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao Brasil lado a autenticidade



Agora! Comércio de Bebidas S.A.

CNPJ/MF n° 21.812.462/0001-83 – NIRE 35.300.563.84-1 Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de fevereiro de 2025 Data, Hora e Local: Aos 04 (quatro) dias do mês de fevereiro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **Agora! Comércio de Bebidas S.A.** ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Francisco Estácio Fortes, nº 161, Santa Cecília, CEP 01233-060. Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124. § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes da presente ata, Composição da Mesa: Presidente – Luiz Augusto Roselli Marques; Secretário – Marcos Coutinho Viriato. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (a) A lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A.; (b) A celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Conversíveis Em Ações, Da Espécie Ouirografária. A Ser Convolada Em Espécie Com Garantia Real. Em Série Única. Para Colocação Privada, da Better Drinks Participações S.A." ("Escritura de Emissão"), por meio do qual será realizada a 2ª (segunda) emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, da Better Drinks Participações S.A, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNP_J") sob o nº 44.268.482/0001-30 ("Emissora" e "<u>Debêntures</u>", respectivamente), no valor total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data de emissão das Debêntures ("<u>Emissão</u>"), a ser celebrado entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("<u>Agente Fiduciário</u>"), na qualidade de agente fiduciário e representante da comunhão dos titulares das Debêntures ("<u>Debenturistas</u>") e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, a Companhia, a Vivant Wines Indústria E Comércio De Vinhos S.A., nscrita no CNPJ sob o nº 31.923.175/0001-02 ("<u>Vivant</u>"), a Five Drinks Participações Ltda., nscrita no CNPJ sob o nº 45.052.902/0001-00 ("<u>Five Drinks</u>"), a Mamba Fabricação e Comércio De Bebidas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 40.224.025/0001-93 ("<u>Mamba</u>"), Connection be Debudas Luda, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPE") sob o nº 314.035.948-99 ("Felipe Della Negra"), Felipe Szpigel, inscrito no CPF sob o nº 270.442.688-03 ("Felipe Szpigel") e Lucas Garcia De Carvalho Cunha, inscrito no CPF sob o nº 095.522.984-74 ("Lucas" e, quando em conjunto com Vivant, Five Drinks, Mamba, Companhia, Felipe Della Negra e Felipe Szpigel, os "Intervenientes Anuentes"); (c) (i) A constituição e outorga, pela Companhia, de garantia em favor do Agente Fiduciário qualidade de representante dos Debenturistas, sob a forma de alienação fiduciária de 8.979 (oito mil, novecentas e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Emissora e de titularidade da Companhia, correspondentes, na presente data, a 100% (cem por cento) da participação societária detida pela Companhia no capital social da Emissora, abrangendo, para esse fim, todos os direitos patrimoniais associados a essas acões, incluindo, sem limitação, os frutos, dividendos, lucros, bônus, rendimentos, recursos, haveres, direitos, distribuições, remuneração ou reembolso de capital, juros sobre capital próprio, proventos, vantagens e todas as demais quantias recebidas, a receber ou de outra orma, distribuídas ou atribuídas às acões ("Alienacão Fiduciária Agora"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" a ser celebrado entre os Intervenientes Anuentes, na qualidade de alienantes fiduciantes, o Agente Fiduciário, na qualidade de credor fiduciário, e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente "<u>Contrato de Alienação Fiduciária de Ações</u>"); e (iii) a celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, na qualidade de alienante fiduciante; (d) A autorização aos diretores da Companhia, ou aos seus procuradores, conforme aplicável, para praticarem todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações con-substanciadas nesta assembleia, incluindo, sem limitação, a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e de todos os demais documentos requeridos para a realização da Emissão e a outorga e constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definido); e (e) A ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme aplicável, necessários para a realização da Emissão e para a outorga e constituição das Garantias Reais. **Deliberações**: Após a leitura, análise e discussão, os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 1. Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A.; **2.** Aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, da Escritura de Emissão, com as seguintes caracterísqualidade de interveniente aliciente, da cistada de cinissad, com as seguintes caracteris-ticas e condições: (a) **Valor Total da Emissã**o: O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("<u>Valor Total da Emissão</u>"); (b) **Quantidade**: A Emissão será composta por 100.000 (cem mil) de Debêntures; (c) **Data da Emissão**: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("<u>Data de Emissão</u>"); (d) Número de Séries: A Emissão será realizada em série única: (e) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("<u>Valor Nominal Unitário</u>"); (f) **Prazo e Data de Vencimento**: O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão ("<u>Data de Vencimento</u>"), ressalvadas as hipóteses de Conversão (conforme definido abaixo), resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Emissão; (g) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das S.A. Observadas as disposições da Escritura de Emissão, as Debêntures serão convoladas em debêntures da espécie com garantia real, sem a necessidade de deliberação adicional pelos Intervenientes Anuentes; (h) **Colocação Privada**: A Emissão não será objeto de registro na Comissão de Valores Mobiliários ou na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, uma vez que a Emissão será objeto de colocação privada, sem (i) qualquer esforço de venda e/ou distribuição perante investidores e o mercado em geral; ou (ii) intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (i) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: As Debêntures serão totalmente (i) subscritas por meio da assinatura do boletim de subs-crição, na forma do Anexo 4.9 da Escritura de Emissão; e (ii) integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data ("<u>Data de Integralização</u>"), pelo seu Valor Nominal Unitário, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for verificado, pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, o atendimento de todas as condições precedentes previstas na Cláusula 4.11 da Escritura de Emissão, por meio da

disposto na Cláusula 4.10 e subcláusulas da Escritura de Emissão; (j) Tipo, Forma e | antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêr Comprovação de Titularidade: As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63 da Lei das S.A. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão), na qualidade de responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem registradas na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; (k) **Conversibilidade**: O Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada entre o 15º (décimo quinto) e o 3º (terceiro) Dia Util anteriores à Data de Vencimento, para que os Debenturistas possam deliberar sobre a sua decisão de, na Data de Vencimento, (i) cobrar o saldo devedor das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.6 da Escritura de Emissão; ou (ii) exigir a conversão do saldo devedor das Debêntures em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem emitidas pela Emissora, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("<u>Novas Ações", Assembleia de Conversão</u>" e "<u>Conversão</u>", respectivamente), sendo certo que a aprovação da Conversão na Assembleia de Conversão dependerá da aprovação de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, de modo que, em caso de (i) não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia de Conversão; ou (ii) não aprovação da Conversão pela totalidade dos titulares das Debêntures em circulação, nenhum dos titulares das Debêntures terá o direito de realizar a Conversão. Mediante o exercício do direito de Conversão pelos Debenturistas, as Debêntures serão convertidas em Novas Ações, as quais serão emitidas a um preco de emissão calculado mediante a aplicação da fórmula descrita na Escritura de Emissão; (I) **Registro das Debêntures na B3**: As Debêntures serão (i) depositadas para colocação privada no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3. sendo as Debêntures liquidadas financeiramente por meio da B3; e (ii) registradas na B3 em nome dos titulares das Debêntures, para fins de liquidação financeira dos eventos de pagamento previstos na Escritura de Emissão realizados por meio da B3: (m) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (n) Juros Remuneratórios das Debêntures: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Uteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br) ("Taxa Dl"), acrescida de uma sobretaxa (spread) de 6,50% (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios (conforme definido na Escritura de Emissão) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a próxima Data de Incorporação dos Juros Remuneratórios ou a data do efetivo pagamento, conforme o caso, de acordo com a fórmula e memória de cálculo previstas, respectivamente, na Cláusula 5.8 e no Anexo 5.8 da Escritura de Emissão; (o) Amortização das Debêntures: Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual amortização extraordinária, resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em uma parcela única devida na Data de Vencimento. caso a Assembleia de Conversão não aprove a Conversão, nos termos da Cláusula 5.2 da Escritura de Emissão; (p) Forma e Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios: Os Juros Remuneratórios serão integralmente capitalizados e incorporados ao saldo do Valor Nominal Unitário nas datas indicadas na tabela prevista na Cláusula 5.9 da Escritura de Emissão, devendo ser pagos, pela Emissora, em moeda corrente nacional. (i) em cada data em que ocorrer a Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme definido na Escritura de Emissão) ou a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), ou (ii) na Data de Vencimento, Data do Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido na Escritura de Emissão) ou Data do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme o caso, nos termos da Escritura de Emissão; (g) Taxa Interna de Retorno Mínima: Na Data de Vencimento, na data em que ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures ou, ainda, o resgate antecipado das Debêntures, conforme o caso, os Debenturistas farão jus a uma remuneração adicional, a qual deverá ser paga em uma única parcela ("<u>Prêmio IIR"</u>), de modo que a taxa interna de retorno do investimento nas Debêntures seja de 25% (vinte e cinco) por cento ao ano, considerado o período compreendido entre a Data de Integralização das Debêntures e a data de pagamento do Prêmio TIR ("<u>Taxa Interna de Retorno Mínima</u>"), de acordo com a fórmula e memória de cálculo previstas, respectivamente, na Cláusula 5.10 e no Anexo 5.8 da Escritura de Emissão; (r) Encargos Moratórios: Caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos aos Juros Remuneratórios, calculados nos termos da Escritura de Emissão e ficarão sujeitos, ainda, a: (i) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês ("<u>Encargos Moratórios</u>"). Os Encargos Moratórios incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, indepen-dentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (s) **Destinação** dos Recursos: A totalidade dos recursos líquidos captados na Emissão das Debêntures será depositada na Conta Vinculada e utilizada para (i) a realização do resgate antecipado da totalidade das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora, emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1" (Primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Espécie Quirografária, com Garantias Reais Adicionais, Emitidas em Série Única Destinada para Colocação Privada, da Better Drinks Participações S.A." celebrado em 29 de novembro de 2022, conforme aditado, entre a Emissora, a W Capital Partners Gestora De Recursos Ltda., a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., o Signal Capital Fundo de Fundos – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Signal Special Opportunities Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, o W Capital – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, a Companhia, a Five Drinks, a Mamba e a Vivant ("<u>Escritura da 1º Emissão</u>" e "<u>Debêntures da 1º Emissão</u>", respectivamente), e (ii) o pagamento, a critério da Emissora, de credores de operações societárias antecedentes, bancos, funcionários, fornecedores e tributos em atraso, conforme descritos no Anexo 4.10 B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.601/0001-25 ("B3"), com la Escritura de Emissão; (t) **Repactuação**: As Debêntures não estão sujeitas à repactuação transferência eletrônica para a Conta Vinculada (conforme definido abaixo), sendo certo que programada; (u) **Resgate Antecipado Facultativo**: A Emissora poderá, a qualquer tempo as liberacões dos recursos da Conta Vinculada serão realizadas em conformidade com o 🛭 a partir da Data de Integralização (exclusive), a seu exclusivo critério, realizar o resgate

tures ("<u>Resgate Antecipado Facultativo</u>"), observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão; (v) **Amortização Extraordinária Facultativa**: A Emissora poderá a qualquer tempo a partir da Data de Integralização (exclusive), a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa parcial das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa"), limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão; (w) Amortização Extraordinária Obrigatória e Resgate Antecipado Obrigatório: Caso, a qualquer tempo a partir da Data de Integralização (exclusive), ocorra (i) a distribuição de lucros, rendimentos ou qualquer outro pagamento de recursos, remuneração ou proventos a qualquer título, incluindo eventuais reduções e reembolsos de capital, da SCP (conforme definido abaixo) para a Emissora; e/ou (ii) uma Alienacão de Ativos Autorizados (conforme definida na Escritura de Emissão), de acordo com os termos e condições estabelecidos no "Acordo de Parceria e Outras Avenças" celebrado entre HNP BR Indústria de Bebidas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 50.221.019/0001-36 ("HNK BR") e a Emissora em 21 de março de 2024 ("<u>Acordo de Parceria</u>"), a Emissora se obriga a faze com que a totalidade dos Proventos e/ou dos recursos oriundos da respectiva Alienação de Ativos Autorizados sejam utilizados para a realização (1) da amortização extraordinária obrigatória das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, caso tais recursos não sejam suficientes para o pagamento do valor do Resgate Antecipado Obrigatório ("Amortização Extraordinária Obrigatória"), excete pelo disposto no item "(iv)", da Cláusula 6.3 da Escritura de Emissão, hipótese na qual a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, ainda que referidos recursos não sejam sufficientes para o pagamento do Valor do Resgate Antecipado Obrigatório; ou (2) do resgate antecipado obrigatório das Debêntures, caso tais recursos sejam suficientes para o pagamento do valor do Resgate Antecipado Obrigatório ("<u>Resgate Antecipado Obrigatório</u>"), na forma prevista na Escritura de Emissão; (x) **Garantias Reais**: Em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora em razão das Debêntures ("<u>Obrigações Garantidas</u>"), serão constituídas as seguintes Garantias Reais: (i) alienação fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("<u>Alienação Fiduciária de Ações</u>"), da totalidade das ações ordinárias de emissão da Emissora de titularidade dos Intervenientes Anuentes, representativas de 100% (cem por cento) do capital social total da Emissora, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (ii) cessão fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de todos e quaisquer valores e direitos de titularidade da Emissora decor rentes de conta corrente de titularidade da Emissora e de movimentação exclusiva de determinado banco depositário a ser contratado no âmbito da Emissão ("Conta Vinculada") de acordo com os termos e condições do contrato de prestação de serviços de cobranç de recursos a ser celebrado entre o banco depositário, a Emissora, e o Agente Fiduciário resultantes de: (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, principais ou aces sórios, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito da Emissora advindos da participação da Emissora nos resultados da Sociedade em Conta de Participa cão, inscrita no CNPJ sob o nº 50.221.019/0001-36 ("SCP"), constituída entre a HNK BR na qualidade de sócia ostensiva da SCP, e a Emissora, na qualidade de sócia participante da SCP ("<u>Participação SCP</u>"), incluindo, sem limitação, a Participação Gerencial Resultados (conforme definido no Acordo de Parceria), os frutos, lucros, bônus, rendimentos, recursos veres, direitos, distribuições, remuneração ou reembolso de capital, proventos, vantage e todas as demais quantias recebidas, a receber ou de outra forma distribuídas ou atribu das à Participação SCP, as quais deverão ser depositadas na Conta Vinculada; e (b) todos os direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Emissora, decorrentes do Acordo de Parceria, incluindo, mas não se limitando, todos o quaisquer valores repassados à Emissora pela SCP, decorrentes da venda da Participação Gerencial (conforme definido no Acordo de Parceria) que a Emissora detém em determinado Ativo Autorizado (conforme definido na Escritura de Emissão) para a HNK BR, em razão do exercício, pela HNK BR, dos direitos previstos no Acordo de Parceria, os quais deverão ser pagos exclusivamente na Conta Vinculada ("<u>Cessão Fiduciária</u>" e, em conjunto com a Alie nação Fiduciária de Ações, as "<u>Garantias Reais</u>"), nos termos previstos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de cedente fiduciante, o Agente Fiduciário, na qualidade de cessionário e os Intervenientes Anuentes, na qualidade de intervenientes anuentes ("<u>Contrato de Cessão Fiduciária</u>" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "<u>Contratos de Garantia</u>"); (y) **Eventos de Vencimento Antecipado:** Observados os termos da Escritura de Emissão, as Debêntures e todas as obrigações constantes na Escritura de Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de qualquer dos eventos previtos na Escritura de Emissão; e (z) Demais características da Escritura de Emissão: As demais características e condições da Emissão de Debêntures serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. 3. Aprovar a constituição e outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária Agora, bem como a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações pela Companhia, na qualidade de alienante fiduciante; 4. Autorizar os diretores da Companhia, ou os seus procuradores conforme aplicável, a praticarem todos e quaisquer atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nesta assembleia, incluindo, sem limitações, a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e de todos os demais documentos requeridos para a realização da Emissão e para a outorga e a constituição das Garantias Reais; e **5.** Ratificar todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia ou por seus procuradores, conforme aplicável, necessários para a realização da Emissão e para a outorga e constituição das Garantias Reais. Adicionalmente, os acionistas e administradores da Companhia expressamente declaram ter recebido e analisado a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e demais Documentos da Operação (conforme definido na Escritura de Emissão). **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata**: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada por unanimidade, sem reservas ou ressalvas tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 04 de fevereiro de 2025. (ass.: Mesa: Luiz Augusto Roselli Marques – Presidente; Marcos Coutinho Viriato – Secre tário. Acionistas: Annna Participações Ltda. (p. Luiz Augusto Roselli Marques); Magnum Octo Investment Limited (p. Marcos Coutinho Viriato); Jascha Bo Thimo Herr; Sebastian Raymond Kunzler; Mauricio Tamaro Campos; Ricardo Augusto Maciel da Rosa; André Penna Aidar; Gentil de Carvalho Nascimento; Tiago Ring JUCESP – Registrado sob o nº 76.540/25-0 em 28/02/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Publique no **Data Mercantil!**

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.



Contato: (11) 3361-8833

☑ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA São Paulo MERCANTIL









